ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 481
24 de Março de 1983

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 | Composição e impressão – Heska Portuguesa | Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Uma imagem do comício do passado sábado na Praça da Figueira

FOI ASSIM
A JORNADA NACIONAL DA APU!

Centenas de iniciativas, milhares de activistas em contacto directo com as populações, um êxito construído pelo empenho dos comunistas e de muitos outros democratas que estão com o **Povo Unido**. Foi assim, no passado fim-de-semana, na jornada nacional da APU, que em todas as regiões do País, de sexta-feira a domingo, levaram a milhares de portugueses a mensagem de unidade da APU. Três dias de intensa actividade, que às povoações serranas, às grandes cidades, às aldeias e vilas, de norte a sul, do litoral ao interior, dos Açores à Madeira, levou o esclarecimento útil e objectivo sobre a importância do próximo acto eleitoral e sobre as propostas que a APU preconiza para a solução dos problemas nacionais.

A apresentação de candidatos em comícios e sessões, a par da realização de encontros, mobilizaram nesses dias a participação de muitos activistas da APU, incluindo naturalmente os candidatos dos vários círculos eleitorais.

E, falando de comícios, saliente-se a participação entusiástica de milhares de pessoas nas iniciativas com o secretário-geral do PCP: em **Alhandra** na sexta-feira à noite, na **Praça da Figueira, em Lisboa,** no sábado à tarde e nos concelhos de **Oeiras** e **Cascais**.

Mas a presença viva e confiante da APU esteve em todo o País. Através da distribuição de propaganda em mercados, feiras e centros comerciais, à porta das empresas, nos murais e cartazes, nos carros de som, nos colóquios e debates. Nos «porta-a-porta» e em muitos contactos directos dos candidatos um pouco por todo o lado, numa dinâmica de ampla participação e abertura, não esquecendo o valor e o significado da Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada em Vila Real.

Págs. 3/4/5

ÁLVARO CUNHAL NO ALGARVE, EM BEJA E GRÂNDOLA

Sexta-feira ● 19.00 h. encontro com a população de **Portimão**, com um mini-comício no Largo D. João II ● **21.30 h.** sessão de esclarecimento no cinema de **Silves**
Sábado ● 10.00 h. no mercado de **Loulé** para um mini-comício ● **11.00 h.** mini-comício em **Tavira** ● **15.00 h.** no Bairro do Sertão em **Monte Gordo** para uma visita ao bairro e um mini-comício ● **17.00 h.** na Escola Secundária de **Olhão,** debate aberto com a juventude ● **Comício em Faro, no cinema Santo António, às 21.00 h.**
Domingo • 10.00 h., encontro com a população em **Almodôvar,** junto ao campo de futebol • **11.30 h.,** em **Aldeia Fernandes,** junto ao Centro Cultural • **12.00 h.,** intervenção em **Ourique,** junto à Casa do Povo • **16.00 h.,** comício na Praça da República em **Odemira** • **22.00 h.,** comício no largo do Sindicato Mineiro em **Aljustrel** • **20.00 h.,** mini-comício em **Ferreira do Alentejo,** junto à Casa do Povo • **21.30 h.,** comício no largo junto ao Centro de Trabalho do PCP em **Grândola.**

Pág. 6/7

Os camaradas George Haoui, secretário-geral do PC Libanês e o camarada Álvaro Cunhal no comício de amizade realizado em Alhandra incluído no programa da visita da delegação do partido irmão do Líbano ao nosso país a convite do PCP

AMIZADE
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PARTIDO COMUNISTA LIBANÊS

SEMANA

16
Quarta-feira

PR na Grécia

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega à Grécia para uma visita oficial de quatro dias, retribuindo assim uma visita que o chefe de Estado grego havia feito ao nosso país há cerca de dois anos ■ Mário Soares apresenta no Porto o programa eleitoral do seu partido: promessas muitas, explicações da política e das alianças a fazer, nenhumas ■ Lucas Pires, um dos novos chefes do CDS, defende perante industriais portuenses «mais autoridade política», que considera mais importante que a «mudança»; explicar-se-ia melhor em seguida, afirmando que «não é tabu» nenhuma das leis sociais e económicas existentes (do trabalho e da greve, por exemplo) ■ A Comissão Nacional Eleitoral do PCP informa em conferência de imprensa que decorrerá no próximo fim-de-semana uma jornada nacional de esclarecimento e informação sobre as próximas eleições e as propostas que preconiza para as soluções dos problemas do País ■ Começa no Palácio da Bolsa, no Porto, a reunião do Comité Misto do Parlamento Europeu/Assembleia da República; as sessões, à porta fechada, decorrerão até ao próximo sábado ■ O «Rude Pravo», órgão central do Partido Comunista da Checoslováquia, considera um acto sem precedentes o rapto de 64 cidadãos checoslovacos pelo grupo contra-revolucionário UNITA; o rapto ocorreu no passado sábado na sequência de um ataque realizado por bandos armados pelos racistas sul-africanos à comuna do Alto Catumbela, no distrito angolano de Benguela, tendo sido igualmente aprisionados 20 portugueses; o governo «AD» ainda não reagiu a este acontecimento, enquanto continua a permitir a **representação pública** no nosso país da UNITA.

17
Quinta-feira

George Haoui

A PSP de Coimbra carrega violentamente sobre os trabalhadores da Vidreira da Fontela, que se haviam concentrado frente a uma delegação do Banco Português do Atlântico, o qual se recusara em Dezembro passado a prosseguir um contrato de viabilização com esta empresa que emprega 600 trabalhadores; da carga resultaram vinte feridos entre os trabalhadores, nove dos quais foram hospitalizados, ficando um em estado grave ■ A administração da Sorefame recua face à luta dos trabalhadores, apresentando uma contraproposta que foi aceite como base negocial, ficando a Comissão Negociadora Sindical (CNS) incumbida de elaborar uma resposta ■ Chega a Portugal uma delegação do Partido Comunista Libanês chefiada pelo seu secretário-geral, George Haoui, a convite do PCP ■ O marechal Nikolai Ogarkov, chefe do Estado General das FA soviéticas, afirma ao jornal norte-americano «The New York Times» que a URSS replicará directamente contra o território dos EUA se os mísseis colocados na Europa ocidental forem utilizados contra ela ■ Contrariando declarações do secretário da Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, o secretário de Estado norte-americano George Schultz, considera que não é possível uma «solução militar» em El Salvador.

18
Sexta-feira

Marianela G. Villas

O Ministério dos NE português declara já ter «conhecimento oficial» do rapto de 20 cidadãos portugueses pelos bandos da UNITA em Angola, adiantando que os contactos para a libertação dos sequestrados deverão processar-se através da Cruz Vermelha Internacional ■ A Associação Latino-Americana dos Direitos do Homem (ALDHU) acusa o governo de El Salvador do assassinato de Marianela Garcia Villas, antiga presidente da Comissão dos Direitos do Homem naquele país ■ O «Pravda» afirma que os EUA não querem que as conversações de Genebra sobre as forças nucleares na Europa avancem um só passo ■ O ministro dos NE australiano, Bill Hayden, revela que as amostras de folhas enviadas para a Austrália com o objectivo de se provar a utilização de armas químicas no Laos, Kampuchea e Afeganistão são falsas.

19
Sábado

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, termina a sua visita oficial à Grécia e chega ao Egipto, para a primeira visita de um chefe de Estado português a este país ■ Iniciam-se em todo o País as mais de 800 iniciativas do PCP no âmbito da pré-campanha eleitoral e previstas para este fim-de-semana, sendo de destacar o comício que hoje se realizou na praça da Figueira em Lisboa, onde usou da palavra o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal ■ A França ameaça retirar-se do Sistema Monetário Europeu se não for alcançada uma «solução aceitável» para os problemas que o afectam; a advertência foi formulada pelo ministro francês das Finanças, Jacques Delors.

20
Domingo

O Presidente da República Portuguesa defende no Cairo «o direito inalienável do povo palestiniano à posse de uma pátria e ao delineamento soberano do seu futuro, alicerçado numa real autodeterminação» ■ Carlos Lopes obtém o 2.º lugar no Campeonato do Mundo de Corta-Mato, ganho pelo etíope Debele ■ O comité executivo da OLP adopta, após três dias de debates, um conjunto de medidas para reforçar a resistência dos territórios ocupados por Israel ■ Segundo entrevista publicada no «Sunday Times», de Londres, o presidente norte-americano Ronald Reagan considera possível durante este ano uma cimeira com o dirigente soviético Yuri Andropov.

21
Segunda-feira

O grupo terrorista UNITA ameaça através de comunicado distribuído em Lisboa matar os 20 cidadãos portugueses que mantém em seu poder desde o passado dia 12, se «Portugal não ordenar ao MPLA» que pare com as operações de intercepção aos criminosos, na sua fuga para zonas de protecção racista sul-africana; o comunicado foi entregue em mão na ANOP pelos representantes da UNITA em Portugal, que por cá se movimentam impunemente; entretanto um porta-voz do MNE declara que «em princípio» o governo não tomará qualquer posição sobre este comunicado ■ Uma força de cerca de 3000 ex-guardas de Somoza ataca algumas localidades no nordeste da Nicarágua, tendo sido repelida por destacamentos do Exército Popular Sandinista; o ataque foi desferido a partir das Honduras ■ São fuziladas mais cinco pessoas pelo regime fascista da Guatemala.

22
Terça-feira

O Conselho da CEE remete a análise da entrada da Espanha e Portugal na organização para a próxima reunião, adiando mais uma vez o assunto ■ Humberto Ortega, ministro da Defesa da Nicarágua, informa que os 1200 ex-guardas somozitas que penetraram profundamente no país a partir das Honduras, estão cercados e a ser dominados pelo Exército Popular Sandinista.

Editorial

BATALHA DECISIVA

As eleições de 25 de Abril podem representar o ponto de partida para uma inadiável viragem na política nacional. Está nas mãos e na vontade soberana do Povo português e só dele que uma tal viragem se possa concretizar.

Nesta importante e talvez decisiva batalha política os principais contendores são conhecidos. Em posições diferentes relativamente ao exercício do Poder todos deram já as suas provas.

O PS sozinho foi governo desde as eleições de 1976 até fins de 1977 e aliado ao CDS até ao Verão de 1978; o PSD e o CDS, coligados na defunta «AD», foram governo em efectividade desde fins de 1979 até à demissão, em Janeiro deste ano, de Pinto Balsemão e são-no ainda, em regime de gestão. Os três têm responsabilidade directa na condução da política do País nos últimos sete anos.

O PCP, como se sabe, que com o MDP/CDE integra a componente partidária da APU, nunca participou em qualquer governo desde as eleições de 76.

Uns e outros, com as limitações inerentes a uma consulta eleitoral – que, nas condições actuais do País, é um dado, mas não o único, barómetro da força e influência política dos partidos com expressão parlamentar – foram em 12 de Dezembro do ano transacto submetidos ao veredicto popular.

Os resultados conhecem-se: estrondosa derrota da «AD» e dos partidos componentes que precipitou a derrocada da coligação; relativa recuperação do PS, que beneficiou dos votos de uma franja flutuante do eleitorado; concludente vitória do PCP e da APU que viram alargada a área da sua gestão autárquica de 50 para 55 Câmaras e de 28 para 30,5% do território continental.

O Povo português no próximo dia 25 de Abril vai estar confrontado com uma questão essencial: na capacidade de discernir o real na avalancha palavrosa e confusionista desencadeada pelas forças que fizeram sua a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, objectivamente orientada para a liquidação das conquistas fundamentais de Abril e a que querem dar continuidade se voltarem a ser Governo.

O «discurso» do PCP é muito claro: é impossível debelar a crise resultante de sete anos de uma política virada contra os interesses do Povo e do País, de exclusiva responsabilidade do PSD, do CDS e do PS – de uma política que arrastou Portugal para a beira do desastre – sem o empenhamento consciente e directo dos trabalhadores, sem uma política orientada para o bem-estar do Povo, para o progresso económico e social do País, para a defesa da independência nacional e da Paz, a qual exige a participação dos comunistas numa solução de governo de ampla representação democrática.

A convicção que se colhe da jornada nacional da APU no último fim-de-semana é de abertura e franco acolhimento popular relativamente às posições e propostas políticas do PCP e da Aliança Povo Unido.

Em dezenas de sessões, comícios e colóquios, o Secretário-Geral do Partido, Álvaro Cunhal, e outros dirigentes e candidatos do PCP, em milhares de contactos «porta-a-porta» por todo o País e com os trabalhadores num grande número de empresas, em contacto com muitos milhares de portugueses, foi possível explicar a política e a natureza das propostas dos comunistas, dialogar com as populações, detectar e esclarecer dúvidas e tendências, escutar aspirações e esperanças, responder a desilusões e críticas.

Aqueles que jogam na ignorância e na falta de memória dos trabalhadores e das massas populares enganam-se a si próprios e arriscam-se a uma nova e séria derrota eleitoral em 25 de Abril.

De facto, é na pressuposta (mas não verdadeira) ignorância e falta de memória dos trabalhadores e do Povo e na mistificação grosseira das massas populares, que estão jogando os partidos da defunta «AD» (PSD e CDS) e o próprio PS/Mário Soares.

As fórmulas mais cínicas de se «branquearem» das responsabilidades presentes e passadas caracterizam o «discurso» político desta gente.

Não é de maneira nenhuma o exame sério e aprofundado de uma situação nacional flagelada pela crise que lhes saiu inteirinha das mãos, nem a busca e propostas de soluções concretas para a enfrentar e vencer na linha de interesses do Povo e do País, aquilo que move, nesta fase pré-eleitoral, os três partidos que governaram Portugal nos últimos sete anos.

O que os move de facto é o puro «marketing» eleiçoeiro, a luta pela hegemonia do Poder, a despudorada caça ao voto dos portugueses que grosseiramente enganaram e que eles julgam ignorantes e esquecidos. A qualquer preço, sob um verbalismo oco, reeditando velhas promessas não cumpridas que relançam no «mercado» eleitoral sob farpela nova, oferecem a sua «mercadoria».

Os dois maiores partidos da defunta «AD» – o PSD e o CDS – são ainda governo. Governam sob um estatuto de gestão mas violam-no todos os dias.

Intensificam a ofensiva contra os salários, contra o poder de compra, contra a segurança no emprego e os direitos e garantias de quem trabalha.

E contra eles, contra a sua política, levantam-se diariamente os trabalhadores em vastas e prolongadas lutas por reivindicações vitais.

Negam aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais condições mínimas elementares para subsistirem.

Selam, com a maior insensatez e desprezo pela independência nacional, a segurança e a paz dos portugueses, novos e indignos compromissos com o imperialismo.

Mas quem os ouve falar não os leva presos...

O embrulhado e «saudável» palavrório de Mota Pinto, as metáforas da cábula de Lucas Pires, as cabriolas verbais e políticas de Mário Soares, soam como se nada tivessem a ver com os tectos salariais, os salários em atraso, a instabilidade no mundo do trabalho, a repressão patronal; com o esbulho das terras e bens da Reforma Agrária; com a dívida externa e a submissão ao FMI, à NATO e à CEE; com o agravamento do custo dos factores de produção, a ruinosa política de preços e o estrangulamento do crédito aos agricultores; com a indigência financeira das autarquias locais; com as «taxas moderadoras»; com a guerrilha institucional; com a partidarização e governamentalização das forças armadas; com o desemprego juvenil, a exploração agravada da mulher trabalhadora, o abandono dos reformados e dos deficientes. Nada disso é com eles...

Os culpados disto tudo são os comunistas, está claro, quem havia de ser? Disseram-no Mário Soares, Mota Pinto e Lucas Pires no debate radiofónico de anteontem em que participou também Álvaro Cunhal.

Quanto às medidas, bom...

Mário Soares atirou para o ar grandes palavrões na conferência de imprensa para a apresentação do programa (?) eleitoral do PS e repetiu-os no debate radiofónico.

«Produzir mais para dever menos»; «poupar mais para gastar menos»; «investir mais para especular menos»... A semana passada na linha do «deixem-nos resolver a crise» apresentava aos portugueses, nesta véspera de eleições, um autêntico cheque em branco para «gerir a crise»: Dêem-nos (ao PS) 4 a 6 semanas para constituir o governo, 100 dias (os «100 dias» do Napoleão?) para magicar e 6 meses para se «pronunciar sobre os grandes projectos no sentido negativo ou positivo».

Mota Pinto quer repor as velhas fórmulas fascistas da «desproletarização» do Alentejo (naturalmente por meio do roubo total das terras da Reforma Agrária) quer reeditar as estafadas teorias do «operário-accionista», da «democratização do capital» desacreditadas há uma data de anos...

Lucas Pires retira da «cábula»: «Mais despesas para mais receitas»; «mais empresas e menos directores gerais»; «mais gestores e não apenas mais empresários»; «pensar mais no contribuinte e menos no consumidor» e outras loas assim...

Os portugueses querem saber de concreto o que têm os dirigentes dos partidos políticos para propor ao País e estes senhores respondem-lhes com a perversão verbal.

Nos «parceiros sociais», entre os advogados dos «grandes consensos alargados» e os defensores do «Pacto social» e do «Contrato social», pululam as teorias da conciliação de classes.

«Torna-se inevitável – diz Torres Couto, o n.º 1 da UGT e grande amiguinho de mister Brown – um novo quadro de relações de trabalho... mobilizar os trabalhadores para se encontrarem novos compromissos divididos de forma socialmente mais justa...». Em Portugal, diz ele, «realmente, nós não temos patronato».

Naturalmente o sr. Ferraz da Costa, presidente da CIP é mais realista. É mais curto que Mário Soares: não os 100 mas «se o próximo governo não resolver as questões (essenciais) em 90 dias já não resolverá nada...».

«Basta de recreio!» – avisa o n.º 1 da CIP nas vésperas do grande conclave dos industriais do Porto.

«Na legislação laboral não parece ser possível consensos entre os parceiros sociais. Alguém tem de ficar a perder. E nós temos só que recuperar e nada a oferecer," impõe-se a "reequilibragem" na revisão da lei da greve e da legislação laboral».

Aqueles que em fins de 1974 «ofereciam», em troco de condições políticas favoráveis, ao grande capital, 120 milhões de contos e 150 000 postos de trabalho, vão definir agora no Porto quais as condições para restabelecer a confiança dos empresários no futuro do País.

E o PCP?

O PCP é um grande partido profundamente enraizado no Povo que procura em estreita ligação com as massas, soluções democráticas e patrióticas para a saída da crise.

Mário Soares, que no debate radiofónico desenvolveu as suas conhecidas teses de aliança com a direita, pretende diminuir a estatura do PCP, negar-lhe a sua comprovada natureza democrática, reduzir-lhe o prestígio e a influência reais junto do Povo português. É uma pretensão sem sorte.

Juntamente com os dirigentes da direita procura negar o patriotismo e a abertura política do PCP.

Os comunistas não precisam de atestados de democracia e de patriotismo de pessoas e forças que objectivamente tentam destruir o 25 de Abril e enfeudar Portugal ao capital estrangeiro e ao imperialismo.

As propostas políticas e o programa eleitoral do PCP não apontam para uma perspectiva fatalista dos problemas nacionais como as do PS nem para as indefinições como as dos partidos da direita.

O PCP aponta para a mobilização dos recursos nacionais, para o aumento da produção, para a baixa das taxas de juro, para uma política de apoio aos diversos sectores da produção, para revigoramento da economia, para a redução dos défices externos, para o melhoramento das condições de vida do Povo português.

No programa eleitoral do PCP está banida toda a demagogia.

É um documento realista assente nas realidades do País, nas energias e no poder criador do Povo português.

E é uma bandeira de luta para o aumento da votação na APU, para o aumento do seu número de deputados na Assembleia da República, condições essenciais para a participação dos comunistas no governo saído das eleições.

Cada vez mais para todos os democratas e patriotas o voto na APU é o voto útil, seguro e certo na democracia e no 25 de Abril.

Iniciativas do PCP

Hoje

Contacto com alunos das escolas de **Coimbra,** com o candidato António Mendes.

Comício, às 17 e 30 na Praça Velha em **Coimbra,** com o camarada **Jaime Serra.**

Sessão, às 21 na **Abrunheira** (Montemor-o-Velho).

Visita do deputado e candidato João Abrantes às seguintes empresas: 10 h «Prado», 14 h «Shanzllin», 15 h «Carvalhos» e 16 h «EDP». Estas empresas são todas na **Lousã.**

No prosseguimento das visitas a empresas e contactos com a população o camarada **Carlos Brito** estará às 11 h na fábrica de conservas «José António Rita» em **Vila Real de Santo António,** ao que se seguirá encontros com pescadores em **Cabanas** e **Santa Luzia,** (Tavira) respectivamente às 15 e 17 horas.

Em **Lisboa,** na zona de **Belém,** mini-comícios e distribuição de propaganda à porta das seguintes empresas: «Repenicado e Bangala», «Redes de Pesca», e «Belém Naval» com a presença de Carlos Pereira. Na «Sociedade Construções Mecânicas» com Artur Rodrigues. Às 18 h na cooperativa «Novo Rumo» com Georgete Ferreira.

Às 18 h, no Centro de Trabalho Vitória em **Lisboa,** reunião de quadros do Partido que trabalhem nas cooperativas filiadas na «Uniurba».

Em **Braga,** colóquio, às 21 e 30, sobre o «PCP e os problemas laborais» no Hotel Turismo.

Em **Viana do Castelo,** às 21 e 30, no Hotel Parque, debate sobre Saúde com a participação dos drs. Álvaro Ferreira e Emílio Peres.

Sessão, às 21 e 30, na **Cova da Piedade,** no Clube Barroquense com o camarada José Vieira.

Em **Almada,** às 21 e 30, na Academia Almadense, comício com o camarada Domingos Abrantes.

Amanhã

Sessão, no Clube Águias do Rato no **Laranjeiro,** seguida de um espectáculo de fado «Vozes de Abril» de Almada.

Encontro de comissões de apoio à APU na cidade de **Lisboa,** no Centro Social do Comércio às 19 h. Estará presente o camarada **José Casanova.**

No distrito de Portalegre realizam-se sessões nas seguintes localidades: **S. Matias, Santana, Galveias,** com **Diniz Miranda** e **Aldeia Velha,** com Luís Sá.

Sessão de apresentação de candidatos, à noite, em **Castelo Branço.**

Sessão, às 21 h, em **Moinho da Mata.**

Sessão, às 21 h, em **Carapinheira.**

Sessão, às 20 e 30, em **Rebolia.**

Encontro do candidato João Abrantes com os trabalhadores da «EDP» em **Montemor-o-Velho,** às 12 e 30.

Sessão, às 20 e 30, em **Casal de S. Pedro.**

Pichagens no **concelho da Lousã.**

Distribuição de propaganda no mercado da **Lousã,** com o candidato Carlos Marta.

O camarada **Carlos Brito,** desloca-se à «Albidel», empresa conserveira de **Lagos.**

Em **Lisboa,** na **Ajuda,** das 12 às 14 horas, mini-comício à porta da empresa «Ar Líquido». Das 12 às 13 h, na «Eugénio Severino» com a camarada Maria da Luz.

A Comissão de Freguesia de S. Domingos de Benfica promove um plenário dos militantes do Partido da zona, às 21 h, no Centro de Trabalho da Rua Prof. Lima Bastos, 140 (Sete Rios) **Lisboa.**

Sessão-festa, às 21 e 30 na **Póvoa de Lanhoso,** na escola António Lopes.

Sessão em **Louro** (Famalicão) às 21 h na escola primária.

Sessão, às 21 h em **Catelães** (Vieira do Minho) na escola primária.

Em **Guimarães,** durante a manhã, agitação sonora e distribuição de propaganda na feira. À tarde, comícios nas empresas: «Cavalinho», «Arquinho», «Campeão Português», «Miguel Marques», «Alfa», «Manuel Machado» e «Cromolite». À noite, às 21 h, colóquio sobre as propostas do PCP para a cultura, na escola Industrial.

Em **Lisboa,** no Centro Social e Cultural de Alcântara, às 21.30 sessão de esclarecimento e «Fados de Abril», com a presença de Jorge Lemos.

No âmbito do ciclo de debates com o PCP «Construir hoje, que futuro», realiza-se na Casa da Imprensa, às 21.30 «Saúde, direito ou privilégio».

Às 21 horas, sessão na Cozinha Económica da Graça em **Lisboa,** com o camarada **Dias Lourenço.**

No **Laranjeiro,** às 21 e 30, no Bairro Bento Gonçalves, sessão de esclarecimento.

Às 21 e 30, sessão no **Feijó,** no Clube Águias do Rato.

Na **Costa da Caparica,** às 21 e 30, sessão nos Amigos da Costa com o camarada **José Vitoriano.**

Em **Viana do Castelo,** na Academia de Música, às 21 e 30, Encontro de Independentes promovido por um grupo de democratas independentes, para que foram convidados os camaradas **Ângelo Veloso** e Raul Castro; durante todo o dia, visita dos candidatos do distrito ao concelho de Melgaço e nomeadamente à feira.

Sábado

À tarde, apresentação de candidatos no Cine-Centro da **Covilhã.**

Sessões a realizar no distrito de Portalegre: **Longomel, Elvas** (apresentação de candidatos com Luís Sá); **Portalegre** (apresentação de candidatos com Luís Sá); **Cano,** com o camarada **Diniz Miranda, Arez** e **Foros do Arrão** com **Diniz Miranda.**

Espectáculo de «rock» com o grupo «Versus», às 16 h, no Largo da Comissão de Moradores do **Laranjeiro** (Cova da Piedade).

Às 10 h, comício no mercado em **Coimbra.**

Em **Coimbra,** contactos com os jovens na rua e nos cafés, com o candidato António Mendes.

Sessão, às 20 h em **Dornelas.**

Na Filarmónica do **Lorvão,** às 21 h, sessão de apresentação de candidatos com o camarada **Jaime Serra.**

Mini-caravana automóvel no concelho de **Cantanhede.**

Encontro do Mondego em Luta, às 15 h no Teatro Ester de Carvalho em **Montemor-o-Velho** com **Jaime Serra.**

No distrito de Coimbra, sessões a realizar em: **Liceia,** às 21 h; **Figueira da Foz,** às 21 e 30 no Bairro da Bela Vista, na escola primária; às 20 e 30 no **Avenal/Sobreiro;** às 20 e 30 em **Alcabideque;** às 20 e 30 em **Belide;** às 20 e 30 em **Alfarelos;** às 20 e 30 em **Casal do Cimeiro,** com o candidato Joaquim Vaz; às 20 e 30 em **Cercal;** às 20 e 30 em **Coles de Samuel;** às 20 e 30 em **Simões.**

Sessão de esclarecimento na Sociedade Dramática Familiar «Ratas», em Lisboa, às 21 e 30, com a presença do camarada **José Casanova.**

Sessão-debate, às 15 h, no salão nobre da Junta de Freguesia de **Rio Tinto,** com a presença do camarada **Ângelo Veloso.**

Comício, às 21 e 30, no pavilhão do Futebol Clube de **Gaia,** com a camarada Ilda Figueiredo.

Em **Matosinhos,** durante a manhã, distribuição de documentos e recolha de fundos no mercado. Também em **Matosinhos,** às 14 e 30 h, encontro de militantes das empresas metalúrgicas, no Centro de Trabalho, com o camarada Vidal Pinto.

Convívio, às 15 e 30 h, na escola preparatória de **Leça da Palmeira,** com a presença do candidato Valdemar Madureira.

Em **Braga,** às 15 h, convívio de metalúrgicos, no restaurante da cooperativa «Novos Pioneiros».

Jantar de democratas, às 20 h, em **Esposende.**

Sessão-festa, às 21 h, na cantina da escola preparatória de **Cabeceiras de Basto.**

Sessão, às 21 h, na escola primária de **Delães** (Famalicão).

Sessão, às 21 h, em **Vermoim** (Famalicão), no salão da Junta de Freguesia.

No concelho de Guimarães, sessões às 21 e 30 nas seguintes localidades: **Conde,** na escola primária; **Sande** (S. Clemente) na escola primária; **Infias,** na escola primária; **Lordelo,** na escola primária; **Briteiros,** na escola primária.

No Feijó, às 21 e 30, sessão no Clube Recreativo com **José Vitoriano.**

No distrito de Viana do Castelo, visita dos candidatos ao concelho de **Paredes de Coura;** em **Viana,** às 16 horas, debate-convívio na Adega de Viana promovido pela célula dos Estaleiros com a participação de candidatos; às 15 horas, em **Vilar de Mouros,** encontro de candidatos com reformados; em **Moreira do Lima** e em **Argela,** sessões de esclarecimento.

Domingo

Distrito de Portalegre, sessões em: **Vale de Açor, Crato, Castelo de Vide, Gavião** e **Torre de Vargens.**

Apresentação de candidatos no distrito de **Santarém,** com a realização de um comício-festa no Pavilhão da Agricultura. Às 15 h, concentração de caravanas vindas de todo o distrito, no Largo do Tribunal. Haverá um desfile da APU com participação de bandas de música e ranchos folclóricos.

Realizações no distrito de Coimbra: às 14 e 30 comício à entrada do futebol em **Coimbra.** Manhã desportiva no Choupal, **Coimbra,** promovida pela JCP.

Distribuição de propaganda na feira de **Espinheira** (Penacova).

Caravanas de automóveis em: **Miranda do Corvo, Penacova, Figueira da Foz, Cantanhede, Ourentã, Cordinhã, Pocariça, Lousã, Tábua, Arganil** e **Oliveira do Hospital.**

Piquenique da Juventude de **Cantanhede.**

Às 13 h, almoço-convívio do concelho de **Soure** e apresentação de candidatos com o camarada **Jaime Serra.**

Sessões: **Pereira do Campo** com o candidato João Abrantes. Às 15 h, em **Bendafé** com **Jaime Serra.** Às 15 h em **Bruscos.** Às 15 h **Venda da Luísa.** Às 15 h em **Janeiro de Baixo.**

No concelho de Matosinhos, durante a manhã, porta-a-porta nas seguintes localidades: **Cruz de Pau, Paus** e **Monte dos Pipos** em **Guifões.**

Promovido pela organização dos professores do **Porto,** realiza-se um almoço, às 12 e 30 no Instituto Superior de Engenharia. Estarão presentes os candidatos pelo círculo do Porto José Luís Borges Coelho e Óscar Lopes.

Sessão, às 10 h em **Famalicão** na escola primária do Bairro.

Convívio APU, às 16 h, dos trabalhadores das empresas «Oliveira Ferreira» e «Sampaio Ferreira» no café «Fugitivo» em **Riba d'Ave.**

Sessão-festa, às 15 h, na escola primária de **Celorico de Basto.**

Brigadas de agitação sonora e distribuição de propaganda na feira do **Prado** e na feira de **Vieira do Minho** e ainda durante os jogos de futebol Braga-Varzim, em **Braga** e Famalicão-Oliveirense, em **Famalicão.**

Visita do camarada **Octávio Pato** à **Amadora.** Às 16 e 30 comício junto à estação; às 17 e 30, na **Venda Nova,** encontro com a população no Santos Futebol Clube; às 18 e 15, encontro com a população da **Damaia,** junto ao Parque 25 de Abril; às 18 e 45, na Junta de Freguesia da **Buraca;** às 21 e 30, comício no pavilhão Polivalente da **Brandoa.**

Em **Viana do Castelo,** às 10 horas, Corrida da Juventude APU; às 15 horas, Festa da Juventude no Jardim Público, e às 17 horas, no mesmo local, comício para apresentação de candidatos. Em **Lanheses,** sessão de esclarecimento; em **Ponte de Lima,** às 17 horas no Largo de Camões, comício-festa para apresentação de candidatos.

Segunda-feira, 28

Distrito de Coimbra: contactos com os jovens nas empresas «Ideal» e «Hospital Novo» em **Coimbra,** com a presença de António Mendes.

Banca da JCP na Praça 8 de Maio em **Coimbra.**

Pichagens na estrada das Beiras.

Distribuição de propaganda na feira de **Poiares.**

Às 19 h, sessão no Ingote (Eiras) **Coimbra.**

Visita à empresa «Derval», **Santo Varão,** (Coimbra) com o candidato João Abrantes.

Terça-feira, 29

Contactos com os jovens nas seguintes empresas: «Textilândia», «Miderâmica», «Pinto de Ouro», «Fiaco» e «Termec». Esta iniciativa é promovida pela JCP do distrito de **Coimbra.**

Em **Alcanena,** às 21 h na escola primária, colóquio sobre autarquias com a participação do camarada Luís Sá.

Sessão, às 21 e 30, no Clube Desportivo e Cultural de **Almada.**

Na comissão de moradores no Bairro do Matadouro em **Almada,** sessão às 21 e 30 com José Vieira, presidente da CM.

«Liberdade de informação, direito à verdade», é o tema do colóquio a realizar na Casa da Imprensa em Lisboa, às 21 e 30.

Em **Monção,** às 20 horas, jantar-debate promovido pela APU no restaurante Lagoa Verde.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Fevereiro: 47 437

PCP

PCP na Praça da Figueira — *um comício nada trivial*

"Novo Abril está a chegar/ para todo o cidadão/ nosso Povo vai votar/ com Abril no coração". Era assim que estava escrito – ritmo certo e o primeiro verso com sílaba ortográfica a mais. Porque o autor não sabia dessas coisas da elisão mais ou menos poética. Porque o autor, António Silva, motorista na J.J. Gonçalves, nascido no Minho há 57 anos, casado no Alentejo em idades que tais, trabalhando em Lisboa vai para 25 e "nem a instrução primária tenho", resolvera apenas escrever mais um dos seus versos de modo que se visse bem na praça da Figueira em Lisboa no passado sábado, durante o comício do PCP – um dos para cima de oitocentos que em todo o País se realizaram em pré-campanha eleitoral nesse fim-de-semana.

Os versos estavam escritos num pano-festão de romaria decorado a preceito e empunhado com gosto. "Lembrei-me da minha terra", explicou o poeta, "é assim que no Minho se mostram as coisas importantes". Olho muito azul a gritar porquê. Num mar de gente encapelado pela força da mudança. Sábado passado, em Lisboa, num comício onde o secretário-geral do PCP falou às gentes da capital para frisar como é indispensável a participação dos comunistas na resposta governamental à crise em que a direita afundou o País.

Estava tudo lá – o povo trabalhador, a força de Abril, o rosto da cidade de Lisboa – a exigência popular de mudança num quadro tantas vezes histórico neste país de fôlego antigo. Na tribuna o PCP com os seus candidatos na APU ao distrito de Lisboa, independentes, Executivo da ORL e uma delegação do MDP/CDE. Seriam oradores Euclides Pereira, membro da DORL e do CC do PCP, Maria da Luz Nogueira da JCP e candidata a deputada, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, cujo discurso vem noutro local desta edição.

Presentes igualmente os anseios e lutas do nosso Povo, empunhados ao vivo em centenas de panos, dísticos e palavras de ordem. Relevo para as empresas em luta, como sublinharia Euclides Pereira: **É significativo que entre muitos panos e dísticos apareçam em força as empresas que neste momento lutam contra despedimentos, congelamento de salários e atentados aos direitos dos trabalhadores.** E lá estavam a Carris, o Metro, a CP, a Cometna, a Covina, a Casa da Moeda, etc.

Em força – engrossando o vigor de uma luta que há muito exige e cada vez mais impõe uma viragem democrática na vida do nosso país.

Relevo no fim de contas para uma crise que é tão nacional que já remoinha impaciências em público. Vê-se, ouve-se e sente-se mal se sai à rua – e explica-se em comícios destes, onde a multidão acorre em números que exigem.

A praça estava cheia. Houve largada de balões, espectáculo final do comício (Carlos Mendes, José Jorge Letria, Manuel Branco, Samuel – todos apresentados por Isabel Baía e Helena Isabel), animação para todos os gostos, uma grande vontade de estar – o trivial em qualquer realização do Partido. Presentes muitos jovens (espectacular, a entrada da JCP na praça, ao som de bombos a marcar o passo de uma multidão), fanfarras e bandas a pontuar os desfiles para a concentração, famílias inteiras, grupos expontâneos e gente "solta" por todo o lado. Nem todos a expor militâncias e talento como o camarada do Minho a viver há 25 anos em Lisboa; a generalidade com atenção desperta às propostas do PCP na presente crise. Como quem sabe onde escutar no momento certo a resposta necessária. O que já não é tão trivial assim.

Álvaro Cunhal com milhares de pessoas nos concelhos de Cascais e Oeiras

Nós, se queremos falar convosco, temos de vir aqui. Mas o PSD e o CDS (e também o PS que recebe umas migalhas) entram-vos pela casa adentro sem bater à porta, o que é elucidativo sobre a desigualdade de tratamento entre os partidos, sobre a feroz discriminação a que o PCP é sujeito. As palavras são de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e foram dirigidas a um numeroso público que assistia a um comício em Alvide (freguesia de Alcabideche), um dos nove em que participou no último domingo.

Sendo adquirido que, independentemente da falta de isenção dos órgãos de comunicação social estatizados e designadamente da TV e da rádio, os comunistas privilegiam na sua acção o contacto directo com as populações como forma de conhecerem de perto os seus problemas e anseios, não poupando para isso energias nem militância, as palavras do dirigente comunista não deixam contudo de constituir um alerta e um veemente protesto contra este facto inadmissível num estado democrático, e de serem, por outro lado, uma chamada de atenção para a enorme importância que representa no momento actual a batalha do esclarecimento.

E a jornada do passado domingo que levou Álvaro Cunhal a percorrer nove localidades dos concelhos de Cascais e Oeiras, onde se realizaram outros tantos comícios, ao longo de mais de doze horas consecutivas (autêntica maratona de esclarecimento sem nenhum paralelo em qualquer dirigente dos outros partidos), constitui um excelente exemplo desse notável esforço de esclarecimento levado a cabo pelos comunistas.

Um esforço que, afinal, como uma vez mais se provou, vale sempre a pena. Foram cinco, oito, dez mil pessoas que acorreram aos locais para ouvir Álvaro Cunhal? O número exacto, neste caso concreto, pouco importa. Interessa dizer, sim, que eram muitos. Eram largos milhares de homens, mulheres e jovens, receptivos ao diálogo, dispostos a conhecer a posição do PCP relativamente às grandes questões nacionais. Foram mais uns tantos portugueses, pode dizer-se, que rompendo com a poderosa máquina de manipulação e desinformação montada pelos partidos de direita, libertos do funil da censura, puderam de viva voz, ter acesso à verdade.

Recepção calorosa

E nem o facto de ser domingo, dia de merecido descanso para quem trabalha, nem de serem 9.30 horas impediu, por exemplo, que logo no início da visita, na Rebelva, a colectividade local se apresentasse cheia de gente. O ambiente, esse, era já de entusiasmo, de alegria e de grande combatividade. Era visível nos rostos (alguns ainda ensonados), nos gestos, nas palavras e suficientemente esclarecedor quanto à crescente influência e prestígio do PCP.

Estava dado o tom. A partir de então, um caloroso acolhimento foi invariavelmente dispensado ao secretário-geral do PCP. E naquela irresistível onda de fraternidade todos couberam e todos quiseram participar: ouvindo atentamente, levantando questões, relatando preocupações e problemas, dando abraços, beijos e apertos de mão.

Tudo começou pontualmente (aquilo a que se poderá chamar com preceito um vulgar hábito) às 9.30 horas. Estava-se no Grupo de Instrução Musical e Beneficência da Rebelva. A anteceder o comício, o camarada Álvaro teve um breve encontro com a direcção desta colectividade que conta com 52 anos e onde os seus mais de mil sócios encontram um espaço certo de cultura e convívio e a possibilidade de praticar diversas modalidades desportivas como sejam, entre outras, o xadrez, o badmington, a ginástica e o ténis de mesa.

Só a densidade do programa e a sua dispersão geográfica, obrigando a um rigoroso cumprimento dos horários, pôde impedir que em cada local, os minutos atribuídos a cada visita não se prolongassem por horas. Quer da parte do dirigente comunista quer das populações contactadas tornou-se evidente ser esse o desejo comum. Mas havia que cumprir.

Um exemplo de boa gestão

Era dia de mercado. Com um forte movimento de pessoas e veículos, o largo fronteiro ao edifício da Junta vai-se enchendo enquanto decorre a visita às instalações da sede daquela freguesia de maioria APU. Na altura, aproveitando a oportunidade, o camarada Vítor Silva, presidente do executivo, prestou algumas informações sobre a actividade desenvolvida nestes últimos três anos. Ficámos a saber, entre outras coisas, impossíveis de enumerar por razões de espaço, que a junta contratou sete professores de ginástica que estão a trabalhar com 1500 crianças distribuídas pelas colectividades; avançou com cursos de alfabetização e de iniciação musical; tomou a seu cargo a gestão dos mercados e do cemitério; abriu uma delegação da Junta em Tires de forma a descentralizar os serviços; pôs à disposição da população um advogado que presta assistência jurídica gratuita, etc.

Em suma, um bom trabalho que leva os camaradas da freguesia a acreditarem que os 30 por cento (6127 votos) alcançados nas últimas eleições autárquicas serão ultrapassados no próximo 25 de Abril.

A Junta já mexe

A visita a Alcabideche, terceira etapa desta jornada, assumiu um significado particular. Por força dos resultados atingidos em 12 de Dezembro, Alcabideche passou a ser a segunda freguesia APU no concelho de Cascais. E foi nesta qualidade, com legítimo orgulho, que os camaradas e amigos presentes no campo de futebol, saudaram a visita de Álvaro Cunhal.

Apesar de estar em funções há pouquíssimo tempo e de ter herdado uma gestão CDS, o trabalho do actual executivo já se começa a fazer sentir. **As pessoas começam a ver a junta mexer e dizem que isto está diferente, que nós informamos sobre o que estamos a fazer e fazemos aquilo que dizemos** – afirma-nos António Paixão Correia, presidente da Junta de Freguesia. Para ele, estas coisas não têm segredo nenhum: **é preciso é trabalhar e ter uma ligação estreita com as populações e os seus interesses.**

E é com esta naturalidade que nos conta da diligências efectuadas para organizar em comissões de moradores a população do Bairro da Cruz Vermelha; das obras de saneamento básico e da estrada feita pela população no Cabreiro; do novo horário da Junta que passou a abrir ao sábado; das obras de conservação nas escolas; do concurso infantil em que participaram 1800 crianças; do parque infantil que vai começar a ser construído (o CDS deixara um único parque em toda a freguesia); do festival que realizarão amanhã para assinalar o Dia Nacional da Juventude, etc.

A mesma naturalidade com que nos diz que há razões para confiar numa subida de votação na freguesia nas próximas eleições.

É o nosso contributo para o reforço da votação nacional da APU. – diz-nos, convicto.

Alvide, situada na freguesia de Alcabideche, local onde se realizou o quarto comício, tem a particularidade de ser o lugar que nas últimas eleições deu a vitória à APU naquele órgão autárquico. Pela primeira vez o Povo Unido batia todos os outros partidos e colocava-se como primeira força política da freguesia.

Junto ao largo principal, numa área térrea, sobre a caixa aberta de uma camioneta profusamente decorada, Álvaro Cunhal usou da palavra.

No Bairro da Liberdade...

O Bairro da Liberdade, situado na Galiza, S. João do Estoril, foi o penúltimo local que recebeu a visita do secretário-geral do PCP no concelho de Cascais. Aqui, a realidade, chocante, deu-nos a outra face dos estoris. O contraste fere e revolta: do alto do monte podem ver-se ao mesmo tempo, as vivendas com piscina, as torres de luxo e, logo ao lado, as barracas de tábuas toscas e cartão. Assim mesmo, de comum apenas o céu, o ar e, lá ao fundo, o oceano.

Haverá partidos que se viessem aqui, olhando para um lado e para o outro, certamente diriam que isto está mal. Mas ao afirmá-lo estariam certamente a pensar que está mal por que incomoda os senhores de baixo, não por que os de cima sejam portugueses que mereçam viver em condições dignas – comentaria Álvaro Cunhal na sua intervenção, após uma curta visita ao Bairro.

Um bairro constituído por 52 moradias que nasceu a seguir ao 25 de Abril por iniciativa dos seus moradores, através do projecto SAAL. 52 famílias que anteriormente viviam em barracas e que, finalmente, puderam ter uma casa. **Mas depois vieram os governos de direita, desapareceu o apoio, e a segunda fase do projecto que está aprovado e prevê o alojamento de mais 140 famílias, nunca mais avançou** – dizia-nos João Farinha, presidente da Associação de Moradores. E as barracas lá continuam, perante a indiferença ou o incómodo dos senhores das vivendas, como um documento vivo do que tem sido a política de desastre dos partidos burgueses e reaccionários.

Carnaxide: mais 2200 votos

O sol, que teimara em aparecer ao princípio da manhã, rompera finalmente. No largo do Parque Anjos, em Algés, freguesia de Carnaxide, árvores centenárias ofereciam a sua sombra a muitos dos que assistiam a um dos maiores comícios ali realizados.

Com os seus 85 mil habitantes e 55 mil eleitores, Carnaxide tem uma aspiração: subir a concelho. Também a APU, com os seus 33 por cento dos votos – conforme referiu Tavares da Cruz, presidente da Assembleia de Freguesia no seu discurso – tem pelo seu lado um objectivo: ultrapassar no próximo dia 25 de Abril a diferença de cerca de 2200 votos que lhe permitam passar a primeira força política do concelho.

Um encontro com a direcção do Grupo Recreativo de Terceira e um encontro com a população levou de seguida Álvaro Cunhal para outro extremo do concelho de Oeiras.

Pólo de acção cultural e recreativa dos habitantes de Tercena – assim se referiu um dos directores que acompanhou o camarada Álvaro no decorrer da visita às instalações daquela colectividade. Um clube com cerca de 1100 sócios e com grandes preocupações no plano da cultura e do desporto. Uma secção de cinema, um grupo de ballet e dança jazz, secções de ginástica, atletismo, futebol de cinco, ténis de mesa, eis algumas das áreas onde se insere a sua actividade.

Em benefício das populações

Com uma gestão APU desde 1979, a freguesia de Barcarena constitui um exemplo acabado do que é possível fazer em benefício das populações, quando à frente dos órgãos autárquicos se encontram homens e mulheres honestos, competentes e dipostos a trabalhar.

Como afirmou Guerreiro Garcia, da Comissão de Freguesia do PCP, a acção da Junta desenvolveu-se em todos os campos, desde a educação e ensino, até à segurança social e à saúde, passando pelo desporto e pela cultura. Foi a construção de 10 novos parques infantis, dois novos campos desportivos; as reparações, a colocação de telefones, de aquecimentos, e o fornecimento de mobiliário e material didáctico às escolas; a concessão de subsídios a bombeiros e colectividades; o apoio a bandas de música, a grupos de teatro, a creches e jardins de infância, etc., etc.

Denunciando o acordo estabelecido entre a «AD» e o PS após as eleições de 12 de Dezembro que coloca a APU (primeira força política) em minoria na Junta, reduzindo assim a sua capacidade de intervenção e prejudicando o trabalho que vinha a ser desenvolvido, aquele orador perguntou se com tal acordo o PS pretende impedir que **sejam colocados mais parques infantis; se criem mais locais para a prática desportiva; se continue a apoiar as colectividades e os bombeiros se prossigam as realizações desportivas e culturais.**

Dois grandes comícios, um no pavilhão da Parede, às 18 horas, outro nos Bombeiros Voluntários de Oeiras, às 21 e 30 horas, culminaram o intenso programa cumprido pelo secretário-geral do PCP nos dois concelhos. Em qualquer deles, perante uma assistência numerosa e entusiástica, o camarada Álvaro Cunhal no uso da palavra, desenvolveu os diversos aspectos relativos à situação política e à importância das próximas eleições.

Álvaro Cunhal: *Que propõem Mota Pinto e M. Soares*

(...)

Certamente muitos dos presentes não tiveram ainda ocasião de conhecer ou de ler o «Manifesto Eleitoral do PSD» proposto por Mota Pinto no dia 16 do mês corrente.

Mas o que é que avança o PSD? Avança qualquer coisa a que chama o «respeito pela Constituição», mas adianta logo – eles que acabam de proceder a uma revisão da Constituição de acordo com o Partido Socialista – adianta logo que é necessária já uma nova revisão da Constituição, como diz Mota Pinto para «eliminar as normas que apontam para um modelo constitucional dogmático e estatizante».

Isto significa que, não contentes com a revisão constitucional que fizeram, desde já preparam novas medidas desestabilizadoras com vistas a introduzir na Constituição alterações que eliminem aquelas conquistas democráticas que continuam a fazer parte integrante do regime democrático português.

Anunciam também a necessidade do que Mota Pinto chama a «sintonia política entre o Presidente, o governo e a maioria parlamentar», ou seja: desde já prometem o reacender da guerrilha contra o Presidente da República, o que certamente também não significará a estabilização do regime democrático.

Adiantam ainda que é necessário um «governo das forças democráticas», mas Mota Pinto vai dizendo que um «governo das forças democráticas» significaria (se por acaso lá chegassem, mas não tem ele próprio grandes esperanças de lá chegarem...) um governo novamente do CDS e do PSD! Mas como não têm grandes esperanças de lá chegar, vai também dizendo que, se conquistassem a maioria (eles sabem bem que não a conquistam...), o PSD e CDS estariam abertos a uma aliança com o PS. E também vai dizendo que, se o PSD e o PS conquistassem a maioria, então estariam abertos a uma aliança com o CDS.

Vê-se bem que o que procuram os partidos reaccionários neste momento da derrota, neste momento em que os espera uma derrota no 25 de Abril, é desde já recompor a arrumação de forças de maneira a continuarem no governo apesar de derrotados nas próximas eleições.

E no que respeita ao programa de governo, o que é que promete o PSD, o partido de Mota Pinto?

Promete destruir a Reforma Agrária, a que chama «colectivismo agrícola opressor»; promete destruir as nacionalizações, com uma nova lei de delimitação de sectores; promete aos capitalistas o que chama o «máximo das condições legítimas de actuação», isto é, a exploração dos trabalhadores, novos pacotes laborais, piores condições de trabalho, agravamento das condições de vida.

No que respeita aos trabalhadores, qual é a panaceia que agora adianta no chamado programa do PSD? No programa de governo ele adianta, camaradas e amigos, aquilo que foi a panaceia fascista na década de 60, aquilo que era a panaceia dos Melos da CUF, ou seja a participação dos trabalhadores no capital. «Toma lá uma acção de mil escudos e tiro-te mil escudos nos salários de cada mês», era este o esquema dos Melos, era este o esquema do fascismo de Salazar, é agora o grande remédio com que vem Mota Pinto, chamando-lhe também a «democratização do capital».

(...)

Nesta situação pergunta-se – e com razão – qual é então a alternativa.

O PS apresenta-se como alternativa. Mas pensamos que o nosso povo não pode considerar no momento actual o PS como uma alternativa democrática por três razões principais.

*A primeira porque **o PS já fez no governo PS, e depois no governo PS/CDS, o suficiente para nos esclarecer de que não é capaz de resolver os problemas nacionais,** antes contribuiu para o seu agravamento e abriu caminho ao desenvolvimento da política contra-revolucionária da «AD» – do CDS e do PSD.*

*A **segunda razão** por que o PS não é uma alternativa é porque aquilo que agora propõe ao País tão pouco mostra ser uma política capaz de resolver os problemas do nosso país, os problemas de Portugal.*

Agora, numa conferência de Imprensa feita no dia 8, o secretário-geral do Partido Socialista, depois de apresentar (e até podemos dizer que em alguns aspectos correctamente) a grave crise económica-financeira a que os governos «AD» conduziram o nosso país, afirma que o Partido Socialista foi a única força política que teve a coragem de fazer o «diagnóstico da crise nacional». Mas nós lembramos apenas que já de há muito o Partido Comunista e outras forças democráticas apresentam o agravamento da situação económica e os seus dados fundamentais e até podemos dizer que nesta análise do Partido Socialista (e é bom que o Partido Socialista a tenha feito...) até lá aparecem alguns numerozitos que foi o Partido Comunista que trabalhou na altura através dos seus especialistas.

Mas, uma vez feito o diagnóstico, como afirma o secretário-geral do Partido Socialista, quais são os medicamentos que ele aconselha para o doente?

Num documento do Partido Socialista chamado «A Verdade sobre a Crise», o secretário-geral aponta como medidas necessárias a subida dos preços, o agravamento da inflação, o aumento da taxa de desemprego, o corte de regalias sociais, a subida dos juros, a falência das empresas inviáveis, o corte de investimentos públicos, a estagnação económica, novos empréstimos, a desvalorização do escudo, e a venda do ouro das reservas. Naturalmente que o secretário do Partido Socialista, chamado à pedra pela opinião pública democrática do nosso país, veio depois dizer que não se tratava de medidas preconizadas pelo PS, mas de medidas decorrentes da política da AD, ou seja «medidas fatais».

Se se aceita a fatalidade de certas medidas de política económica, não é o mesmo que afirmar que essas medidas irão ser tomadas? Se se diz que são inevitáveis, não é o mesmo que afirmar que, se esse partido formar governo, vai mesmo adoptar estas medidas?

Mas com mais atenção se pode ver o que pretende o PS, não tanto através daquilo que declarou em termos gerais nesse documento que acabo de citar, mas no grande programa de governo que acaba de divulgar na conferência de imprensa também feita pelo secretário-geral do PS, no Porto, no passado dia 16.

Camaradas e amigos, nós tivemos já ocasião de receber um exemplar desse programa. São 250 páginas. Há muita palavra, muita palavra, muita palavra, há muita prosa literária, há muita promessa demagógica, há muitos votos piedosos, e, até podemos dizer, há também nessas 250 páginas algumas medidas justas que felizmente os especialistas do Partido Socialista certamente tiveram ocasião de colher nos materiais do PCP.

Mas é bem claro o que nesse programa se apresenta no que respeita à política imediata e à política a médio prazo.

No que respeita à política imediata, nesse programa apresentado pelo Partido Socialista, pretende-se que, num período não superior a 100 dias, o futuro governo que o Partido Socialista formasse tomaria um conjunto de medidas de grande impacto económico e social que, segundo o texto do documento do PS, serão oportunamente seleccionadas e tornadas públicas.

Quer dizer: o Partido Socialista apresenta-se ao eleitorado e pede um cheque em branco. Diz apenas: «dentro de cem dias nós apresentaremos, depois de sermos governo e se o formos, um conjunto de medidas de grande impacto económico e social».

*Chamam-lhe medidas de estabilização, **mas que o nosso povo tem o direito de exigir, o que o eleitorado tem o direito de exigir, é que sejam, antes das eleições, declaradas quais são as medidas que o Partido Socialista se propõe realizar nesses primeiros cem dias.***

(...)

Mas não só isto.

Um outro ponto fundamental desse programa (e este já não é para cem dias, é para seis meses) é o tomar de posições, em sentido positivo ou negativo, sobre os grandes projectos nacionais. E citam os grandes projectos nacionais: o complexo de Sines, o projecto siderúrgico (incluindo as minas de Moncorvo, o ferro de Moncorvo), o projecto do Alqueva, as pirites do Alentejo, as lenhites de Rio Maior, a metalurgia do volfrâmio e o plano energético, incluindo a opção nuclear.

Ora o que o eleitorado tem o direito de saber é o que o Partido Socialista pensa acerca destes problemas. Não é dar também um cheque em branco ao Partido Socialista através do voto para que o PS forme governo e só então venha dizer ao povo português o que é que pensa de projectos tão importantes para a nossa vida nacional.

Então o Partido Socialista, em relação a projectos que têm vinte anos, trinta anos, alguns há cinquenta anos que são conhecidos pelos portugueses, que são discutidos, sobre os quais se pronunciaram numerosos portugueses – então o PS ainda não tem opinião e quer um cheque em branco para ir formar governo e só então nos dizer o que é que pensa do plano siderúrgico, do Alqueva, do ferro de Moncorvo e dos outros grandes projectos de projecção nacional?

E é fácil ver o que é que está aqui subentendido porque no outro documento que há pouco acabei de citar – ou seja, no documento distribuído pelo Partido Socialista na conferência de imprensa do seu secretário-geral, do dia 8 – aí afirma-se que é bom desde já cortar «projectos desajustados às realidades do País».

Já sabemos o que na linguagem deles significa o inutilizar «projectos desajustados à realidade do País». Pensam eles que, integrado no Mercado Comum, Portugal não tem direito a ter uma siderurgia nacional para termos o nosso ferro ao serviço do nosso povo e do nosso país; pensam que não podemos ter uma construção naval com uma alta tecnologia porque isso não convém aos países do Mercado Comum; pensam tornar Portugal um país subsidiário do alto nível tecnológico, um país subsidiário dos grandes países capitalistas desenvolvidos do Mercado Comum e por isso não querem dizer a sua opinião actual antes das eleições, não querem dizer ao eleitorado qual a sua opinião, qual a sua responsabilidade em relação aos grandes projectos que em larga medida podem dar à nossa economia um andamento e um desenvolvimento que contribua para nos tornarmos independentes e para vencer as grandes dificuldades actuais.

No que respeita à política externa, tão pouco a política prometida pelo PS se afasta muito da política que tem sido a política da «AD». E quando, de volta dos Estados Unidos, o secretário-geral do PS afirma que a amizade com os Estados Unidos é a pedra angular da política externa do Partido Socialista nós já podemos ver o que isto pode significar no que respeita à Base das Lajes, à Base de Beja, a todo o «pacote» estratégico que os Estados Unidos procuram impor aos países da NATO.

*Uma **terceira razão** por que o Partido Socialista não é alternativa são as alianças que tem feito com a reacção, e pior do que isso, as alianças novas que prepara após as eleições de 25 de Abril.*

(...)

Acordo de acção parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE

No decorrer de uma conferência de Imprensa realizada ontem, foi tornado público o texto do Acordo de Acção Parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE, que é o seguinte:

1. O Partido Comunista Português (PCP) e o Movimento Democrático Português (MDP/CDE) estabelecem e tornam público o seu Acordo de Acção Parlamentar para vigorar durante a 3.ª Legislatura da Assembleia da República.

2. O presente Acordo adquire plena justificação na circunstância da Aliança Povo Unido (APU), em que os dois partidos concorrem às eleições legislativas, ser uma coligação constituída nos termos da lei eleitoral que cessa com a publicação dos resultados oficiais e dá origem a dois Grupos Parlamentares distintos – o Grupo Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do MDP/CDE.

Trata-se, por isso, de um novo instrumento de cooperação entre os dois partidos que reforça a consistência e projecta no futuro as propostas eleitoriais da APU.

3. A cooperação no plano parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE norteia-se pelos pontos programáticos comuns aos dois partidos e assenta, nomeadamente, nos seguintes grandes princípios essenciais:

a) o respeito inequívoco pela legalidade constitucional e a ordem democrática;

b) a defesa das liberdades e demais conquistas democráticas alcançadas com o 25 de Abril, em especial, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o Poder Local democrático e a participação popular na vida nacional;

c) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das camadas médias;

d) a definição de uma nova política económica e financeira para a saída da crise e a resolução dos grandes problemas nacionais;

e) política externa de independência, paz e amizade com todos os povos e países, a recusa em território nacional de bases militares estrangeiras para operações de agressão, bem como da instalação e trânsito de armas nucleares no nosso país.

4. O PCP e o MDP/CDE, na realização de eventuais iniciativas parlamentares conjuntas ou convergentes que vierem a desenvolver, procurarão favorecer, estimular e alcançar uma ampla cooperação e entendimento entre as forças democráticas, incluindo os democratas independentes, representados ou não na Assembleia da República, e deputados de quaisquer partidos ou grupos parlamentares. Os dois partidos consideram esta cooperação como condição indispensável para a aprovação de decisões e leis favoráveis aos interesses populares e nacionais e como forma essencial de exprimir na vida das instituições as aspirações de unidade democrática e a rica experiência de cooperação dos democratas, que constitui património vivo do nosso povo.

5 O PCP e o MDP/CDE, perante a derrota dos partidos da AD (PSD e CDS), colocam, como ponto relevante de cooperação entre os seus grupos parlamentares, intervir, com grande firmeza, na constituição de um Governo democrático que tenha por base o entendimento entre as forças democráticas, incluindo independentes representados ou não na Assembleia da República, que se proponham realizar uma política conforme aos objectivos apontados no ponto 3. deste Acordo.

6. O PCP e o MDP/CDE manifestam o propósito de tudo fazer para obter a revogação da legislação inconstitucional em vigor em matéria de nacionalizações, Reforma Agrária, arrendamento rural; a revogação de disposições introduzidas na revisão do Código Penal a pretexto do combate ao terrorismo; a revogação da legislação atentatória dos direitos e interesses dos trabalhadores e da população em geral, com destaque para a legislação sobre contratos a prazo, as «taxas moderadoras» sobre os serviços de saúde e os medicamentos, as rendas comerciais e outras não destinadas a habitação; a alteração de algumas disposições da lei de Defesa Nacional, nomeadamente as que violam direitos constitucionais dos militares e as que criam perigos de governamentalização das Forças Armadas.

7. O PCP e o MDP/CDE acordam conceder particular atenção no plano da sua cooperação parlamentar às iniciativas legislativas de natureza económica e social, nomeadamente as que possam contribuir para a melhoria das condições materiais e culturais da vida da população, às que visem resolver graves problemas sociais, às que assegurem a plena concretização da descentralização administrativa e a consolidação do Poder Local (designadamente, na exigência do cumprimento da Lei das Finanças Locais e de uma Lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos, idêntica à aprovada por unanimidade em 27 de Julho de 1979), às que defendam o desenvolvimento democrático das Regiões Autónomas, às que possam constituir um estímulo ao incremento das actividades produtivas nacionais, às que criem condições para a valorização da contribuição de pequenas e médias empresas para a recuperação económica.

8. O PCP e o MDP/CDE acordam no princípio de uma estreita cooperação dos seus grupos parlamentares com vista a combater todas as tentativas de, por via legislativa, ou outra, subverter o regime constitucional, atentar contra as conquistas democráticas realizadas com o 25 de Abril, restringir os direitos e as liberdades dos cidadãos e as garantias de democraticidade no próprio funcionamento da Assembleia da República, bem como em manter uma grande vigilância face aos propósitos de alteração da lei dos sectores e da lei eleitoral, já anunciados, tanto pelo PSD e o CDS como pelo próprio PS.

9. O PCP e o MDP/CDE acordam em estabelecer o princípio de prévia informação e de consulta mútua em matérias fundamentais como a discussão dos programas do Governo, a apresentação e votação de moções de censura e de confiança, a votação das Leis das Grandes Opções e do Orçamento, a votação de leis de revisão constitucional quando tiverem lugar e sobre alterações ao regimento e questões de funcionamento da Assembleia da República.

10. O presente Acordo de Acção Parlamentar vigora desde o primeiro dia de trabalhos da nova Assembleia da República até ao termo da 3.ª Legislatura.

Lisboa, 23 de Março de 1983

PCP

JORNADA NACIONAL DA APU

Encontro Distrital no Porto

Existem soluções para os problemas nacionais

● **Apresentados os candidatos pelo círculo eleitoral do Porto e aprovada uma Proclamação**

"Temos de dizer a verdade, apontar os problemas reais e os responsáveis pela crise. Isto quer dizer que a campanha da APU é sempre, no essencial, pela positiva, porque é para resolver os graves problemas nacionais" **– afirmou o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, no decorrer da sua intervenção no encontro distrital da Aliança Povo Unido, no Porto.**

Realizado no passado dia 19, no Teatro Rivoli, com vasta participação de militantes comunistas e também de membros do MDP e democratas independentes, este encontro da APU apresentou a lista de candidatos "Povo Unido" pelo círculo eleitoral do Porto.

Dos 43 candidatos, 31 são militantes do PCP, seis são militantes do MDP/CDE e outros seis são independentes (entre eles encontram-se um sacerdote católico, um destacado membro de diversas organizações católicas, um ex-dirigente da UEDS, um industrial e um agricultor).

Dos candidatos 12 são operários, cinco empregados, 23 intelectuais e quadros técnicos (entre os quais três são médicos, um arquitecto, três engenheiros, três economistas, quatro professores e seis advogados) e três são de profissões várias. Há quatro candidatos mulheres, dois jovens (um operário e outro estudante da Faculdade de Letras do Porto) e um reformado dirigente do MURPI.

Dez candidatos exercem funções de dirigentes sindicais: dois pertencem ao Secretariado Nacional da CGTP-IN, dois são dirigentes do Sindicato Têxtil, dois da Construção Civil, um dos Metalúrgicos, um do Sindicato dos Bancários, um da Função Pública, um dos Jornalistas e um dos Motoristas Marítimos.

Dos candidatos cinco exercem funções de vereadores nas Câmaras do Porto, Gaia, Gondomar, Matosinhos e Maia.

Os candidatos da APU pelo círculo do Porto – uma lista que integra nomes bem conhecidos da luta antifascista e representantes destacados da acção política, sindical, cultural e associativa – salientam, entretanto, na sua **Proclamação** eleitoral que "a política de direita seguida nestes últimos sete anos pelo PSD, CDS e PS conduziu o país a uma gravíssima crise" e que "as dificuldades que atingem o Povo e o país não constituem uma fatalidade", pois as forças da democracia e do progresso, os trabalhadores, a APU têm soluções para "os problemas nacionais".

Refere, a propósito, a Proclamação dos candidatos "Povo Unido":

"A APU não se propõe resolver sozinha os problemas nacionais. Propomo-nos discutir com todas as forças democráticas interessadas – socialistas, outros partidos democráticos, democratas independentes. E, com todas as outras forças democráticas, contribuir para a saída da crise. Mas a nossa presença no Governo é indispensável para a saída da crise! Conhecemos os problemas e temos propostas concretas para eles. Temos provas dadas, na Assembleia da República, nas autarquias, na defesa dos interesses dos trabalhadores, do Povo e do país (...).

A nossa participação no Governo é a garantia de que os interesses populares serão defendidos (...). A unidade dos democratas e dos patriotas acabará por se impor, apesar da oposição do PS sob a direcção de Mário Soares, porque ela constitui uma condição indispensável para a saída da crise".

No capítulo intitulado "Prolongar e dar voz nas eleições à luta dos trabalhadores, dos democratas e do Povo do distrito", a Proclamação sublinha:

"O compromisso dos candidatos é constituído, em primeiro lugar, pelo conjunto dos objectivos de política nacional estabelecidos pela APU.

Em geral: o respeito pela legalidade constitucional e a consolidação da democracia. A realização de uma política económica para vencer a crise e assegurar o desenvolvimento do País. O melhoramento das condições de vida do povo. Uma política externa de independência, paz e cooperação."

O documento adianta que, "em relação aos problemas nacionais com maior incidência regional e às situações que dizem mais directamente respeito ao distrito do Porto", os candidatos APU assumem os seguintes compromissos: defesa firme das liberdades, lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das restantes camadas laboriosas, lutar por um verdadeiro desenvolvimento económico e social da região, posto ao serviço dos trabalhadores e do Povo e da elevação da sua qualidade de vida.

Na sua última parte, a Proclamação salienta:

"Constituem importantes objectivos políticos a atingir nas próximas eleições:

● **Impedir a continuação da política de direita; derrotar os planos de aliança do PS com a direita.**

● **Abrir caminho à unidade e à cooperação de todas as forças, sectores e correntes democráticas em torno de uma plataforma política nacional.**

● **Assegurar uma alternativa democrática, com a presença da APU no Governo e o empenhamento dos trabalhadores e do povo, susceptível de ultrapassar a crise e conjurar os perigos que pesam sobre o regime democrático.**

Para a realização de tais objectivos o voto na APU é o único útil, eficaz e certo".

Caracterizado pelo vivo empenho dos participantes e pela abordagem fundamentada dos vários temas em debate, o encontro distrital da APU acompanhou com elevado interesse as comunicações apresentadas no decorrer dos trabalhos. Além de Carlos Costa (cabeça de lista) e de Ângelo Veloso, segundo nome da candidatura "Povo Unido", membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, usaram da palavra, entre outros, Raul de Castro, do Secretariado Nacional do MDP e vice-presidente da sua Comissão Nacional; Armando Teixeira da Silva, Óscar Lopes, Ferreira Alves, Artur Sentieiro, Carlos Duarte, Maria José Ribeiro, Serafim Nunes e Amílcar Ribeiro.

A intervenção de Carlos Costa, de que retirámos uma breve passagem no início deste artigo, proporcionou uma análise das questões essenciais da situação actual do país – a crise económica e as responsabilidades dos partidos da direita e do PS, as atitudes de Mário Soares contra a unidade democrática, a manipulação dos órgãos de Informação e a necessidade de consolidar uma alternativa. Sobre este último aspecto, afirmaria Carlos Costa a dado passo:

"Hoje, as pessoas vêem que sem os comunistas no Governo não há solução para os problemas nacionais. Mas nós sabemos que não basta os comunistas irem para o Governo. No nosso país há outras forças sãs que devem participar no Governo. Os socialistas, o MDP/CDE, os democratas independentes devem participar no Governo. Num Governo em que participem também os comunistas que já deram provas que são capazes de solucionar problemas e que deram provas duma fidelidade constante ao nosso Povo e aos trabalhadores portugueses.

Mário Soares já não insiste nessa história da maioria absoluta. Já foi usada demasiadas vezes. Já está gasta. Só que continua a não dizer com quem se vai aliar. Antes nós dizíamos que quem fosse votar no PS ia votar no escuro. Mas agora já não podemos afirmar isso. Quem votar no PS está a votar na aliança do PS com o PSD e com o CDS.

Votar na APU é votar para impedir essa aliança. Para obrigar os socialistas a aliarem-se com os comunistas, com os membros do MDP, com os independentes. Para que realmente prossiga Abril e Abril triunfe definitivamente, o voto certo e útil é o voto na APU."

Caravanas em 10 concelhos

No distrito do Porto, realizou-se no passado domingo um conjunto de caravanas automóveis nos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Gaia, Gondomar, Póvoa, V. Conde, Valongo, Santo Tirso e Paredes. Dezenas de carros percorreram assim uma importante parte do distrito, animando e distribuindo os documentos da APU numa importante acção de agitação e esclarecimento.

Distrito de Santarém

● Iniciativas em todos os concelhos

Agitação sonora, distribuição de propaganda, iniciativas «porta-a-porta», alguns colóquios – uma intensa actividade também no distrito de Santarém, na jornada nacional da APU.

As acções da Aliança Povo Unido decorreram particularmente em Abrantes, Almeirim, Cartaxo, Coruche, Chamusca, Entroncamento, Santarém, Torres Novas (distribuição de propaganda em todas as grandes empresas e colóquio sob o tema «O rio Almonda que temos, o rio Almonda que queremos»), Alpiarça e Tomar.

No concelho de Alpiarça estiveram na rua mais de 150 camaradas, que levaram a efeito um «porta-a-porta» em todo o concelho, distribuindo propaganda e conversando com a população.

De salientar que durante o «porta-a-porta» foram recolhidos cento e dez mil escudos para apoiar a campanha.

Lisboa

Secretariados de células

discutiram o trabalho eleitoral

Decorreu recentemente no Centro de Trabalho Vitória uma reunião de Secretariados de Células de Empresa do Comité Local de Lisboa.

Estiveram presentes 140 camaradas em representação de 60 das principais empresas organizadas no Comité Local de Lisboa.

Na reunião, que contou com a presença de José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do PCP, procedeu-se a uma profunda análise do ambiente político e eleitoral nas empresas organizadas no CLL, assim como ao balanço do trabalho realizado e a realizar com vista às próximas eleições de 25 de Abril.

Da discussão realizada ressaltaram claramente os seguintes traços:

Agudizam-se os conflitos sociais nas empresas em virtude da intransigência do Governo e das administrações que procuram o confronto, a agudização e prolongamento de conflitos. É o que sucede, nomeadamente nos Transportes, Siderurgia, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Guérin, Hotel Ritz, Martins e Rebelo, Sociedade Nacional de Sabões, Comércio Retalhista, etc.

O trabalho com vista às próximas eleições avança a bom ritmo nas empresas: estão em formação dezenas de comissões de apoio à APU que integram comunistas, membros do MDP, socialistas e independentes.

É cada vez mais assumida como uma necessidade e uma exigência dos trabalhadores a participação do PCP no Governo a sair das próximas eleições de 25 de Abril por forma a que sejam resolvidos os grandes problemas nacionais.

Generalizou-se entre os trabalhadores a convicção de que o voto certo e útil é na APU, única forma de derrotar a direita, impedir as alianças do PS com o PSD e CDS da desfeita AD, e levar o PCP ao Governo.

Os comunistas e os seus aliados da APU estão confiantes. Confiantes no apoio dos trabalhadores. Confiantes numa grande votação na APU nas próximas eleições.

C. Local de Lisboa

No passado dia 12 realizou-se, entretanto, um plenário do Comité Local de Lisboa do PCP no qual foi analisada a preparação das eleições de 25 de Abril, verificando-se «uma crescente dinâmica nas actividades das organizações do Partido».

Além de questões relacionadas com a batalha eleitoral no contexto da situação política, o CLL analisou também o desenvolvimento da luta dos trabalhadores do Sector de Transportes da capital.

Na cidade

A jornada da APU do passado fim-de-semana decorreu também de forma intensa na área da Grande Lisboa, nos dias 18, 19 e 20.

Centenas de activistas da APU participaram num vasto e deversificado conjunto de iniciativas, marcadas pelo contacto directo com a população.

De salientar a realização de mini-comícios de esclarecimento, nomeadamente à porta de empresas, bancas de rua, distribuição de documentos nas empresas, acções nos mercados, pintura de murais (com destaque para um na Avenida 24 de Julho), movimentação de carros alegóricos, contactos com moradores de bairros degradados, acção de distribuição de propaganda na baixa lisboeta, iniciativas tipo «porta-a-porta» em diversas freguesias e ampla divulgação e distribuição de propaganda junto de cinemas e centros comerciais.

Distrito de Setúbal

O distrito de Setúbal viveu intensamente a jornada nacional de propaganda da APU. As iniciativas que passamos a referir constituem apenas um breve exemplo do que se passou na região, com o empenho entusiástico de muitos activista da A

Promovido, pela comissão local do PCP do Monte de Caparica, realizou-se no passado dia 19 de Março, no parque de jogos daquele local, um comício com cerca de 500 pessoas.

Participaram nesta iniciativa, para além dos camaradas da C. Local, camaradas da Comissão Concelhia de Almada, João Pedro de DORS, e Domingos Abrantes da Comissão Política e do Secretariado do CC do nosso Partido, e cabeça de lista pela APU no distrito de Setúbal. OO camarada Domingos Abrantes referiu que há que contribuir decididamente para a eleição do 10.º deputado do distrito; através do aumento de votação na APU que é condição básica para o reforço da unidade democrática, para a participação dos comunistas no governo, para a resolução do problemas nacionais. Esta iniciativa terminou com um espectáculo com Fernando Farinha.

A organização da Comissão de Freguesia da Cova da Piedade, do PCP, promoveu no passado domingo, dia 20 de Março, no coreto do Jardim da Cova da Piedade, um espectáculo com os galés de Setúbal que reuniu mais de 400 pessoas. Antes do início do espectáculo houve uma intervenção que foi feita por um ca da Comissão Concel Almada.

O passado fim-de-sema concelho de Almada, ca zou-se por grandes ac propaganda e esclarec população, dos objecti Aliança Povo Unido. E ciativas que envolvera nizações de Freguesia nismos de Direcção, cé empresas e outras fren trabalho, não passara percebidas para o po concelho de Almada.

Por todo o concelho a lação foi supreendida acções de propaganda e recimento da APU.

Uma banca, ali, a p gem de um mural, acol sando por espectáculos tação sonora, das sess esclarecimento à exposi trabalhos pelos artistas cos do concelho, ao p -porta, à distribuição de ganda até ao desfile de tas promovido pela JCP

O aumento de vota APU é condição básica reforço da unidade demo dos problemas nacio como afirmou o camarad mingos Abrantes no c realizado no passado dia 19 no Monte de Ca

Mais de seiscentas pessoas assistiram no último sábado, no das Escolas, à apresentação dos candidatos APU pelo dist Setúbal. O comício, durante o qual foi lida uma saudação grupo de mulheres independentes, foi presidido pelo camarad mingos Abrantes, 1.º candidato da Aliança Povo Unido naque culo. No final actuaram Luísa Basto e João Fernando

Algarve: 600 activistas da APU definiram em plenário os objectivos da campan

No sábado passado mais de 600 activistas da APU de todos os concelhos do Algarvé estiveram presentes no que terá sido o mais participado e entusiástico dos plenários realizados até aqui no Algarve.
O plenário tinha como objectivos discutir as linhas fundamentais da campanha da APU no distrito e aprovar o programa dos candidatos para a região, bem como a sua Proclamação ao povo do distrito.
Tais documentos viriam a ser aprovados por unanimidade.

Participaram na mesa do plenário, para além de vários dirigentes regionais dos dois partidos, Carlos Brito, José Vitoriano, Margarida Tengarrinha, Horácio Rufino e Carlos Luís Figueira, membros do CC do PCP.

Pelo MDP/CDE estiveram Luís Catarino, João Vargas, Cândido Mariano e Guanito, todos membros da direcção do MDP/CDE.

O plenário abriu com uma intervenção de Carlos Luís Figueira, para situar os objectivos da iniciativa e avançar com algumas ideias sobre o estilo da campanha e a definição de objectivos a alcançar.

Em relação a este importante aspecto, salientou que a eleição do segundo deputado pelo Algarve é uma possibilidade real que está ao alcance da APU já que os resultados obtidos nas autarquias garantem essa eleição. Confirmar esta possibilidade em 25 de Abril, com o reforço da votação da APU, seria um grande contributo dado no Algarve para a concretização de um governo democrático onde o PCP, o MDP/CDE e outros sectores democráticos estejam representados.

José Leal, candidato independente nas listas da APU, explicou as razões que, como cidadão independente, o levaram a participar como activista e membro da APU, salientando a dado passo que só na APU é que encontrou condições para exprimir livremente e sem condicionamentos de qualquer espécie as suas opiniões: nunca se sentiu instrumentalizado, nunca nada lhe foi imposto; tem sido na APU, juntamente com comunistas e membros do MDP/CDE, que se tem enriquecido de conhecimentos e ideias. E concluiu que a figura do independente não é, no quadro da APU, uma figura decorativa mas faz realmente parte da sua existência como coligação.

Luís Catarino, na sua longa intervenção, salientou, numa análise circunstanciada, as características da política da AD.

Analisando o descalabro que tal política produziu no Algarve, Luís Catarino sublinhou a dado passo que no Algarve todos os sectores estão em crise e que a actividade produtiva foi substituída pela especulação duma ponta à outra da região.

No encerramento, em sessão presidida por José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, Carlos Brito começou por saudar os participantes no plenário, salientando a representatividade da sua composição ("uma reunião magna da democracia algarvia") e a qualidade das intervenções produzidas.

Quanto à lista dos candidatos da APU, pôs em destaque o facto de todos os candidatos da APU estarem a desempenhar actualmente ou terem desempenhado até há bem pouco tempo mandatos para que foram eleitos ou nas autarquias ou nas direcções dos sindicatos, para concluir que se trata de gente provada e profundamente ligada aos trabalhadores e aos interesses das populações algarvias.

Falou a seguir no programa dos candidatos da APU pelo Algarve, referindo como aspecto mais geral a necessidade de travar resolutamente os índices que se manifestam de retrocesso nas mais importantes actividades económicas algarvias – agricultura, pescas e conservas e o próprio turismo. Afirmou que na expressão **água e regionalização** talvez se condense a resposta para os mais gritantes problemas algarvios.

Abordando as grandes questões que estão em causa nas eleições , Carlos Brito afirmou:

"O perigo nestas eleições não é a vitória dos partidos de direita. O PSD e o CDS estão derrotados. O perigo é que os partidos de direita sejam recuperados para o governo pela mão do PS. Este perigo é evidente. Para quem tiver dúvidas a recente conferência de Imprensa de Mário Soares no Porto esclareceu tudo. Aí, o líder do PS afirmou que está posta de lado a possibilidade de qualquer acordo com o PCP. Por outro lado, respondeu que 'não excluía nem admitia' acordos com a direita, com o PSD e o CDS, e finalmente, insistiu com muita veemência que o PS não governará sozinho. Quem responde a esta adivinha: branco, é galinha o pôe, como é costume dizermos aqui no Algarve. É isso: a aliança do PS com a direita está já definida pela direcção do PS. Mas é importante proclamar que essa a pode ser impedida com ç da votação na APU mento do número de dos do PCP, do MDP independentes que inte APU."

Numerosas iniciativas

Várias centenas de iniciativas foram realizadas no Algarve no último fim-de-semana, integrado na jornada nacional da APU.

Iniciando-se na sexta-feira com contactos à porta de empresas da região, particularmente em Faro, V. Real, Silves, Portimão e Olhão, a jornada prosseguiu no sábado de manhã com idas aos principais mercados.

No domingo, para além dos mercados do distrito terem tido a presença de candidatos e activistas da APU (Carlos Brito esteve no mercado em Faro), realizaram-se vários «porta-a-porta» em algumas zonas, com particular destaque para o Bairro Pontal em Portimão e o Bairro da Atalaia em Faro.

Ainda no domingo, à tarde, Carlos Brito, Margarida Tengarrinha, Carlos Luís Figueira e Horácio Rufino participaram num convívio organizado pelas comissões concelhias de Lagos, V. Bispo e Aljezur, convívio que se seguiu a um concurso de pesca para angariação fundos para a campanha da APU.

No âmbito do concurso, em que participou uma centena de pescadores, que pescaram mais de 100 q los de peixe na costa Sagres, realizou-se um lota improvisada onde peixe foi leiloado.

Num ambiente de grand alegria, confiança e dete minação, Carlos Brito inte viu num mini-comício orga nizado na altura, rendo sa lientado a dado passo qu tal como os pescadores um a um, arranjaram para colectivo mais de uma cen tena de quilos de peixe também os activistas d APU em conjunto, têm d fazer tudo para aumenta substancialmente a votaçã da APU no próximo dia 2 de Abril.

Distrito de Viana do Castelo

Levar à Assembleia uma voz em defesa do Alto Minho

A jornada nacional da APU caracterizou-se no distrito de Viana do Castelo pela realização de variadas acções de esclarecimento político e de divulgação das propostas da APU sobre os problemas do país, em contacto com as populações, numa dinâmica de preparação da campanha eleitoral.

Candidatos da APU deslocaram-se à feira de Viana, onde tomaram contacto com os problemas graves que afectam os feirantes, designadamente a falta de associação própria, o facto de não serem ouvidos organizadamente sobre o funcionamento das feiras, a pesada carga de contribuições e a anarquia existente no seu sector de actividade. Estiveram também em contacto com pescadores de Viana, que exprimiram aos candidatos da APU as suas principais preocupações e reclamações. Deslocaram-se a Paredes de Coura e a Caminha, onde participaram em comícios e participaram numa sessão de esclarecimento na Meadela. Os candidatos realizaram várias acções de contacto «porta-a-porta» com a população em Monserrate, Darque, Santa Marta de Portuzelo e no Bairro dos Pescadores em Viana. Deslocaram-se ainda ao concelho de Ponte de Lima no dia 21, onde visitaram a sua grande feira, onde contactaram com agricultores da região e tomaram contacto com os seus problemas e reclamações.

No comício realizado em Paredes de Coura, o primeiro candidato da lista da APU pelo círculo de Viana do Castelo, Maurício de Sousa, assinalou na sua intervenção que: «o PS e os partidos da direita procuram apresentar os problemas que o nosso país enfrenta como uma fatalidade e tentam atirar com a responsabilidade deles para cima do Povo português. Mas a crise que enfrentamos tem responsáveis e eles são os partidos que estiveram nos governos nos últimos 7 anos. É hora de ser reforçada a votação na APU, porque a única, verdadeira e radical mudança de política e de governo capazes de enfrentar a gravíssima crise do país passa pela nossa participação no Governo e pelo aumento do número de deputados da APU».

Encontro distrital

Entretanto, realizou-se no passado dia 20 (domingo), em Darque, o encontro distrital de Viana do Castelo da APU, que reuniu mais de 200 quadros e responsáveis de todo o distrito. Dirigiu os trabalhos uma mesa constituída pelos candidatos dr. Vinhas Novais (da Comissão Nacional do MDP/CDE), Branca de Carvalho (do CC do PCP e da DORM), Rui Viana (do Secretariado Distrital do MDP/CDE), Armando Branco (vereador da APU na Câmara de Viana), que presidiu ao encontro.

O conjunto das interv registadas demonstrou tência duma forte convi confiança nas possibi de uma subida substan votação e da eleição do ro deputado da APU pe trito.

Henrique de Sousa, dato a deputado e mem CC do PCP, assinalou intervenção que «um crescente de pessoas re ce que há possibilida uma subida substancial tação e da eleição do deputado da APU pelo

Em relação ao distrit denado por sete anos de ca de direita do PS e do dos da «AD» ao atraso tagnação, não é aceitá seis deputados do PS, CDS, tenham feito apena tro intervenções sobre mas da região durante período de funcionamen Assembleia da República ra dissolvida.

Por tudo isto nós d que existe uma política de rasgar as vias do pro do Alto Minho, capaz frentar e vencer a crise lização dessa política nossa participação no no, o reforço da nossa ção, a eleição do primei putado APU pelo dist nunca estivemos tão bem cados para levar à Asse da República uma voz pelo Alto Minho.

Partimos para estas e com confiança, animado vitórias já alcançadas, to os partidos da direita CDS) partem divididos dos e o PS, também no to, com a exclusão do veira e Silva da sua lista mente consegue escon sua política e a sua pr direita».

O encontro terminou aprovação, por unanim das conclusões, que apresentadas por Rui do MDP.

I Assembleia de Organização da Ilha do Faial

Por um Faial de Abril – reforçar o PCP, foi o lema da I Assembleia dos comunistas faialenses que se realizou no passado domingo na cidade da Horta.

Na véspera, em conferência de imprensa, foram divulgados diversos aspectos relativos aos trabalhos da Assembleia, a qual constituiu um marco importantíssimo para os comunistas do Faial. Assumiu ao mesmo tempo inegável relevo local, dado ter sido esta a primeira vez que uma organização política da Ilha procedeu publicamente à apreciação da situação económica, social e política específica do Faial, apresentando propostas e soluções concretas.

Os trabalhos da Assembleia, que decorreram numa dependência da Escola Secundária da Horta, iniciaram-se às 10 horas e terminaram cerca das 18 horas.

Ao longo das três sessões de trabalho, os 42 delegados dos diversos organismos discutiram questões de ordem económica, social e política respeitantes à Ilha, discutiram diversos problemas organizativos que se colocam à organização do Faial e elegeram a Comissão de Ilha.

Ao abrir os trabalhos, os camaradas Artur Afonso, membro da comissão executiva da DORAA e responsável pela organização do Faial do PCP, saudou todos os delegados e convidados presentes e apresentou uma comunicação de caracterização geral, tendo depois sido feitas pelos delegados cerca de 20 intervenções abordando problemas locais, problemas de organização e funcionamento do Partido, questões culturais e questões políticas de vária ordem.

A I Assembleia da Ilha do Faial do PCP aprovou por unanimidade e aclamação duas resoluções finais, uma sobre problemas organizativos e outra sobre problemas políticos.

A Assembleia aprovou ainda, também por unanimidade e aclamação, duas moções: sobre os 150 anos da elevação da Horta a cidade, que este ano se comemoram, e sobre o centenário da morte de Karl Marx.

No decorrer dos trabalhos, representantes das organizações do Partido das ilhas do Pico e Terceira saudaram a Assembleia, tendo sido também recebida uma mensagem de saudação da organização da Ilha de S. Miguel.

A mesa que presidiu aos trabalhos foi constituída pelos elementos do Executivo da Comissão de Ilha cessante, tendo sido convidados a tomar lugar na mesa os camaradas Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, José Decq Mota, membro suplente do Comité Central e responsável da DORAA, e Artur Afonso, da Comissão Executiva da DORAA e responsável da Organização do Faial do PCP.

Na sessão de encerramento usou da palavra o camarada José Decq Mota, que, para além de caracterizar a situação política regional actual, se referiu a problemas relacionados com o desenvolvimento regional numa região constituída por ilhas que sendo embora aparentemente similares ao nível económico, social e político são porém nalguns casos bem diferentes, tendo a propósito sublinhado a política do Governo Regional de Mota Amaral, que não promove o desenvolvimento harmónico e equilibrado de todas as nove ilhas do arquipélago nem orienta a sua acção no sentido de tornar compatíveis os interesses de cada uma das ilhas com os interesses da Região.

Na mesma altura e referindo-se especificamente à Ilha Terceira o camarada Decq Mota lembrou a todos os presentes o perigo que constitui a sistemática passagem por essa ilha de armamento atómico dos Estados Unidos da América, facto que não só põe em perigo a vida dos terceirenses mas também a vida de tantos açorianos que desejam unicamente a paz e o progresso.

Para terminar, interveio o camarada Blanqui Teixeira sobre as conclusões desta I Assembleia dos comunistas do Faial e a situação política nacional, insistindo nas tarefas que aos comunistas e democratas se põem desde já neste período pré-eleitoral.

Distrito de Coimbra

Entusiasmo e confiança

Um vasto conjunto de iniciativas assinalou no distrito de Coimbra a Jornada nacional de propaganda da APU, que decorreu no passado fim-de-semana.

Sessões, convívios, distribuição de propaganda, afixação de faixas e cartazes e pinturas murais foram algumas das acções empreendidas pelos candidatos e apoiantes da APU em diversos concelhos.

Particular destaque merece a caravana da APU que, durante todo o domingo, percorreu várias freguesias do concelho de Coimbra, com entusiástica participação da juventude. Rodeada de uma grande atenção das populações visitadas, a caravana da APU, em que participou Jaime Serra, cabeça de lista da APU pelo distrito de Coimbra, foi acolhida por uma viva confiança numa forte votação na APU, em 25 de Abril próximo.

Jaime Serra participou ainda em diversas sessões, como em Montemor-o-Velho, em que chamou a atenção para a desastrosa política agrícola dos últimos governos «que promoveram a ruína dos pequenos agricultores, quer importando produtos cuja produção nacional era suficiente, caso da batata, quer negando o pagamento de justos preços à produção, caso do arroz». Nesta sessão também esteve presente o deputado João Abrantes, que referiu o seu intenso trabalho na Assembleia da República «superior, em quantidade e qualidade, ao de todos os outros deputados do distrito juntos».

Presente em Condeixa, num almoço-convívio, e na Lousã, num lanche para apresentação dos candidatos APU, Jaime Serra referiu-se à «inutilidade do voto no PS, que apenas servirá para manter aberto à AD/PSD/CDS o caminho para o poder», apelando de seguida ao voto na APU que, no entender dos candidatos da APU, «é o voto que melhor contribuirá para se alcançar uma solução de governo que encara a resolução dos graves problemas nacionais, tendo em conta as mais justas aspirações do povo português».

No almoço de Condeixa, que contou com a participação de mais de 100 pessoas, o cabeça de lista da APU pelo distrito de Coimbra expôs o entendimento que a APU tem acerca da democracia, sublinhando que «não basta haver liberdades formais para que a democracia se cumpra» o que aliás de acordo com a Constituição da República quando define a democracia como «um conjunto de direitos económicos, sociais, culturais e políticos sem os quais não é possível ter uma vida digna» o que equivale a dizer que «só com o aumento do poder de compra dos portugueses, com o seu efectivo acesso à saúde e ao ensino é possível sair da crise e encaminhar Portugal para uma situação de estabilidade e progresso».

Os problemas da agricultura

Realizou-se no sábado, dia 19, em Ançã, um encontro da APU com a população local, o qual contou com a presença de Vasco Paiva, do Comité Central do PCP, e do candidato da APU pelo distrito de Coimbra José Júlio, o único daquele concelho no conjunto das listas candidatas às eleições legislativas de 25 de Abril, contando com a participação de largas dezenas de pessoas. Por recusa do presidente da Junta de Freguesia (PS) em ceder o salão, a sessão foi realizada na sala da Associação desportiva local.

No dia seguinte, domingo, dia 20, houve um encontro entre o representante do PCP Vasco Paiva, do Comité Central, e agricultores e trabalhadores de Ereira (Montemor-o-Velho), que contou com a presença de algumas dezenas de participantes.

Em ambos os encontros foi salientada a política ruinosa que, no plano agrícola, foi levada a cabo quer pelo Governo PS quer pelos governos «AD». Esta política foi definida pelos presentes como uma autêntica «praga que deu na lavoura», vendo-se os agricultores na contingência de comprar tudo mais caro e vender tudo mais barato.

O debate foi muito vivo em ambas as sessões, sendo de realçar os protestos dos agricultores perante a actual situação na agricultura e a sua forte convicção de que poderá ser feita uma nova política, com a participação activa dos trabalhadores, o que só será possível com a presença do PCP no governo.

Condeixa-a-Nova

O candidato da Aliança Povo Unido pelo distrito de Coimbra, João Carlos Abrantes, efectuou contactos com os trabalhadores de diversas empresas cerâmicas do concelho de Condeixa-a-Nova, designadamente da Cooperativa Estrela de Conimbriga e da Filcerâmica. Aí teve oportunidade de tomar conhecimento das dificuldades que aquelas empresas defrontam, sobretudo no domínio do escoamento da sua produção. João Abrantes comentou que «era inadmissível a desprotecção governamental a que tais empresas estão votadas pois, embora os seus produtos não sejam de primeira necessidade, são sem dúvida manifestações vivas da arte tradicional da indústria cerâmica» o que bastaria para, em seu entender, «merecerem pelo menos a atenção que tem merecido ao governo a importação de produtos de luxo em que se gastam anualmente milhões de contos». A crise que atravessa a cerâmica artística é também, segundo aquele deputado do PCP, «reflexo da diminuição do poder de compra dos portugueses, amantes da arte nacional mas impedidos de a adquirir porque os magros salários têm que ser consumidos em bens indispensáveis à sua sobrevivência cada vez mais difícil».

A alteração da situação dos trabalhadores destas empresas, como da situação de crise geral que o país vive, só pode ser alcançada «com a participação activa dos trabalhadores na definição de uma nova política», o que, sublinhou João Abrantes, «pressupõe a participação do PCP no governo».

Figueira da Foz

Com a presença de cerca de duzentas pessoas, realizou-se na Figueira da Foz um comício de apresentação dos candidatos da APU pelo distrito de Coimbra. Estiveram presentes Jaime Serra, cabeça de lista, João Carlos Abrantes, Carlos Batista e Zé Penicheiro, que usaram da palavra.

Carlos Batista referiu-se à grave situação que atravessam numerosas empresas do concelho da Figueira da Foz, em resultado da desastrosa política económica prosseguida pela AD/PSD/CDS durante os últimos três anos, sendo naturalmente os trabalhadores quem mais sofre com tal situação, como é o caso dos da Vidreira da Fontela, há mais de onze meses sem receberem salários. A este propósito foi aprovada no comício uma moção de solidariedade e apoio àqueles trabalhadores.

Carlos Batista referiu-se ainda às dificuldades por que estão a passar os trabalhadores da Sicomol, Carreira Naval e Foznave, da Geal e do sector das pescas.

João Carlos Abrantes, deputado do PCP na Assembleia da República fez um breve balanço da sua actividade em prol dos interesses do distrito e suas populações, o que é patente no vasto conjunto de intervenções e requerimentos que, a propósito de vários problemas concretos de diversos domínios da actividade do distrito, fez discutir naquele órgão de soberania.

Candidato independente, artista conhecido nacional e internacionalmente, Zé Penicheiro fez referência ao conteúdo popular da sua arte, retrato multifacetado do trabalho e das canseiras dos portugueses e, muito particularmente, do povo da região a que pertence. «É este povo que procuro retratar fielmente» disse Zé Penicheiro, «que exige e será capaz de mudar de política no nosso país».

Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP e cabeça de lista da APU pelo distrito de Coimbra, fazendo a análise da situação política nacional e das perspectivas eleitorais considerou «ser previsível, necessário e possível afastar a AD/PSD/CDS do Poder, pois é hoje patente que a sua governação foi um desastre». Os partidos que foram responsáveis pelo governo em Portugal nos últimos três anos prometem agora, na opinião de Jaime Serra «tudo aquilo que em 79 prometeram e que provaram não estar interessados nem serem capazes de cumprir» constituindo a sua única tábua de salvação a «eventual coligação com o PS, partido com responsabilidades democráticas e que, como tal, deveria virar as suas preocupações e propostas de entendimento para as forças democráticas, e designadamente para o PCP».

Recorde-se que além de ter visitado as empresas «Sicomol» e a Industrial do Freixo, o camarada João Abrantes participou no recente encontro de candidatos APU com os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, iniciativa em que também estiveram presentes Jaime Serra e Carlos Batista.

Distrito de Braga

Tudo a postos!

Realizou-se no passado dia 20, domingo, no ginásio da escola Sá de Miranda, um encontro de activistas da APU, onde foram debatidos os objectivos políticos para a campanha eleitoral no distrito de Braga e o plano das iniciativas fundamentais da campanha.

No encontro, que contou com a presença de 400 activistas de todo o distrito, foi aprovada uma proclamação em que se afirma que «os partidos da finada "AD", o CDS e o PSD, sairão mais derrotados no distrito de Braga nas próximas eleições». E mais adiante acrescenta: «João Salgueiro e Basílio Horta, dois dos responsáveis maiores da desastrosa política da "AD"/PSD/CDS, serão derrotados nas próximas eleições no nosso distrito».

Em relação ao PS, afirma-se na proclamação que «a lista de candidatos do PS, no distrito de Braga, ao serviço da política de direita de Mário Soares, não é alternativa aos partidos de direita: o PSD e o CDS. A retirada nas listas de Braga de alguns dos mais prestigiados dirigentes do PS, opositores à política de direita de Mário Soares, a sua discordância com as declarações públicas do seu dirigente máximo, Mário Soares, apontando de forma inequívoca para a continuação da actual política seguida pelos partidos de direita e para a possibilidade real de alianças com esses partidos, tornam claro que o voto, nas próximas eleições, no Partido Socialista é um voto em Mário Soares, em reforço da sua política de direita e de alianças com o PSD e CDS.

«Na actual situação, com o PSD e o CDS irremediavelmente derrotados, tanto mais que estão divididos, mais fácil se torna ver que o Partido Socialista não constitui a alternativa para o voto dos trabalhadores e democratas que querem ver derrotados e afastados da área do poder os partidos da direita».

A proclamação termina definindo como objectivo a eleição de «pelo menos mais um deputado» e fazendo um apelo «a todos os democratas, aos inúmeros socialistas que não estão dispostos a eleger, através do Partido Socialista, governantes que ponham em prática a mesma política que fez cair a "AD", para que votem APU, o único voto útil no nosso distrito e em todo o País para assegurar uma alternativa democrática capaz de superar a crise e para a solução dos problemas nacionais.»

No dia 21 foi promovida uma conferência de imprensa para divulgação das conclusões do encontro.

António Lopes, membro do Comité Central do PCP e cabeça de lista da APU pelo círculo eleitoral de Braga, afirmou que «não é preciso pôr as mãos no fogo para saber que queima – as medidas económicas anunciadas por Mário Soares são desastrosas para o distrito de Braga».

Foram depois anunciadas aos jornalistas as seguintes iniciativas de campanha:

Ciclo de colóquios — Todas as quartas e quintas-feiras, às 21 e 30, no Hotel Turismo, em Braga, para debate das propostas do PCP relativas a sectores específicos – reformados, problemas laborais, cultura e defesa do património artístico, questões económicas, urbanismo e habitação, saúde, ensino e desporto.

Alguns dos nomes que dirigirão estes colóquios: Veiga de Oliveira (urbanismo), Emílio Peres (saúde), Rogério Fernandes (ensino), José Manuel Mendes (cultura), Octávio Teixeira (economia) Alfredo Cardoso (reformados) e José Manuel Marques (trabalho), entre outros.

Em **Guimarães** realizar-se-ão colóquios sobre cultura e problemas da indústria têxtil; em Famalicão sobre agricultura e defesa do meio ambiente; e em Barcelos sobre agricultura.

Abertura da campanha — A campanha abrirá com uma grande festa distrital da APU em Braga, no dia 9 de Abril, que terá início ao princípio da tarde e terminará à noite com um comício com a presença de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Comícios — Estão programados comícios em todas as sedes de concelho, destacando-se no dia 16 em Famalicão e no dia 17 em Guimarães e Barcelos.

Sessões de esclarecimento — Estão programadas mais de 100 sessões em todo o distrito.

As brigadas de agitação e propaganda nas feiras e mercados e os jogos de futebol, assim como as caravanas e os «porta-a-porta» integram-se na programação de contactos com a população.

A nossa campanha será animada por diversos grupos e artistas, entre eles: UHF, Trovante, Carlos do Carmo, Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Io Apolloni e Samuel, e ainda por artistas locais – «Cantares da Terra», Jorge Lomba e grupos de Zés Pereiras.

O encerramento da campanha será feito a nível distrital em Braga e Guimarães com acções de rua (cortejos, arruadas com Zés Pereiras, caravanas, etc.).

Trabalhadores

Manifestação sábado em Lisboa

● Prossegue a luta nos Transportes

Estes ministros sobreviventes a começar pelo primeiro, o dr. Balsemão, não querem saber para nada de negociações. Vai o Viana Baptista à televisão dizer como é e basta. Mas como o pão não amarga só nos Transportes, onde este último ministro pontifica, toca a desancar tudo o que cheire mesmo de longe a luta organizada por salários compatíveis, defesa do emprego, obrigando os trabalhadores a vir para a rua defender direitos ameaçados permanentemente. É o que vai acontecer mais uma vez no próximo sábado em Lisboa, entre os Restauradores e o Terreiro do Paço ao princípio da tarde.

No regime em que vivemos o governo ou alguém por ele têm o direito de não negociar, de bater com a porta na cara de quem entenderem. O dr. Balsemão tem aliás razões sobejas para estar mal disposto. O que ninguém pode é negar, já que o regime é para todos, o direito de lutar por aquilo que não se pode negociar, como a Lei prevê e além disso consente.

O facto é que o Primeiro-Ministro (ou como tal considerado) deste período transitório da governação estava a semana passada disposto a propor ao Presidente da República – não se sabia no domingo se já propusera – «a suspensão das negociações dos Contratos Colectivos de Trabalho até 25 de Abril».

A CGTP, que protesta energicamente contra essa arbitrariedade, acrescentava num *telex* de 8 do corrente, três dias antes do início do seu IV Congresso, que «é o governo que está a endurecer as suas posições na contratação colectiva das empresas públicas, jogando abertamente na agudização dos conflitos laborais».

40 processos já concluídos

E como habitualmente a Central tinha a ousadia de dizer em quatro alíneas porquê:

a) O Governo está a propor nas empresas públicas valores salariais ridículos, que se cifram em metade do aumento do custo de vida verificado no ano findo. São casos flagrantes os da CP, Carris, Tabaqueira e Siderurgia Nacional;

b) O Governo recusa-se em alguns casos simplesmente a responder às propostas apresentadas, como sucede no Metropolitano e na Rodoviária Nacional;

c) Apesar de o Governo tentar impor o tecto de 17 por cento as negociações decorrem normalmente nos processos de contratação colectiva em que o mesmo Governo não intervém. Este ano já se concluiram à volta de 40 desses processos, todos com aumentos salariais superiores a 17 por cento;

d) A Coordenadora dos Sindicatos dos Transportes apresentou ao ministro do sector e ao do Trabalho a proposta de 14 de Fevereiro. Segundo os próprios ministros, era uma via razoável para resolver o conflito. Como se sabe, ficaram de dar resposta no dia 15 de Fevereiro, véspera das greves anunciadas para esse período. Mas o Governo emudeceu. E só por insistência dos sindicatos houve nova reunião quase duas semanas depois. O Governo veio dizer que não respondia à proposta sindical.

Depois de toda esta história, o ministro Viana Baptista foi à televisão e o dr. Balsemão recusou-se a receber as organizações sindicais representativas dos trabalhadores dos Transportes. A via a seguir foi a da luta mais uma vez.

Direito de resposta

«A forma manipuladora como a RTP se tem referido aos Transportes e a presença do ministro Viana Baptista no *écran* nada contribuiram para o esclarecimento dos problemas e para a resolução do conflito», afirmava entretanto a Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector dos Transportes num comunicado distribuído na rua em 16 do corrente. As greves de 23 só se realizariam se o Governo quisesse, sublinhava a Comissão. Anunciando os horários das paralisações (**RN**, das 3 às 13 horas do dia 23; **CP**, das 0 às 24 do mesmo dia; **Carris**, das 2 e 30 de 23 à mesma hora de hoje, 24; e **Metro**, no mesmo período) aquela Comissão acrescentava que os sindicatos continuariam à espera de uma resposta do Governo até ao último minuto para desconvocarem as greves.

Classificando a posição do Governo como «**conversa de mau pagador**», a Comissão Coordenadora dos Sindicatos acrescentava no mesmo esclarecimento à população que «o problema neste momento não é de 28 por cento como disse o ministro dos Transportes na RTP». Os trabalhadores comprometeram-se, pelo contrário, a suspender «toda e qualquer forma de luta logo que o Governo assine um adiantamento salarial a acordar, entre 18,5 e 24,5 por cento, que é a margem de aumentos registada em mais de três dezenas de contratos desde o dia 1 de Janeiro».

Quantas caras tem o Governo? — pergunta a Coordenadora que convidou o ministro para um debate na RTP com a administração da qual o Governo assinou ainda recentemente aumentos salariais da ordem dos 22 por cento.

8,2 por cento na Siderurgia?

Na Siderurgia Nacional o acordo de empresa (AE) era entretanto contemplado, segundo a Federação sindical dos metalúrgicos (FSMMMP), com «a miserável proposta de 8,2 por cento sobre as tabelas salariais de Dezembro de 1982». Num *telex* de 21 do corrente aquela Federação responsabilizava a «rigidez do conselho de gerência» por novas formas de luta que os trabalhadores viessem a adoptar no seguimento da paralisação de quatro horas em 15 do corrente.

Vidreira da Fontela

Uma acção de protesto pela passividade da banca relativamente à viabilização da Vidreira da Fontela desencadeou a violência policial, como oportunamente foi noticiado. Houve dezenas de feridos e vários foram hospitalizados. Novos cortes de estrada realizaram-se junto à fábrica e em Belares. Provas de solidariedade têm acompanhado a luta na Vidreira pela defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso. **Uma manifestação de apoio estava marcada para ontem na Figueira da Foz**, depois de uma concentração na Marinha Grande, em frente à agência do BPA.

Luta na Mompor

Por aumentos salariais de 21 por cento que a administração da Mompor quer reduzir para 15 param duas horas por dia (quarta-feira, hoje e amanhã) os cerca de 1800 trabalhadores da Mompor. O pré-aviso foi subscrito por todos os sindicatos representativos com implantação na empresa.

23,2 por cento na Covina

Depois de um período de paralisações, provocado pela intransigência da administração, os trabalhadores da Covina conseguiram afastar a tentativa de imposição do tecto salarial, obtendo aumentos salariais de 23,2 por cento.

Sorefame

No princípio desta semana, depois de uma manifestação que trouxe às ruas da Amadora milhares de trabalhadores em defesa da empresa, da melhoria dos salários e contra os despedimentos entretanto anunciados, a administração a que preside um destacado membro do PS apresentou uma contraproposta em termos que as organizações representativas dos trabalhadores consideram aceitáveis para negociação.

Por iniciativa do PCP

Debate amplo e aberto sobre Trás-os-Montes e Alto Douro

Prova insofismável de interesse pela resolução dos problemas da região, em debate amplo e aberto, foi a Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro que, no domingo passado, se realizou, em Vila Real, promovida pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP.

Nas instalações do Ciclo Preparatório, onde decorreram a sessão de abertura e os debates, nove secções foram ponto de encontro para os que se interessaram pelo mesmo número de temas em questão.

Temas que foram desde a agricultura, pecuária e silvicultura até à cultura, desporto e informação, passando pela produção do vinho do Porto, a indústria e o comércio, o ensino, a saúde, as infra-estruturas e a qualidade de vida.

Nestas nove secções foram feitas, durante os trabalhos, 46 informações versando os assuntos mais variados – temas como a batata de semente até às bandas de música foram abordados, não se esquecendo o projecto de navegabilidade do rio Douro, o ferro de Moncorvo ou a importância das vias de penetração no nordeste transmontano.

A Conferência terminou com uma sessão no Cine Teatro Real antecedida de um espectáculo musical com Carlos Mendes e na qual foram apresentadas as Conclusões Gerais da Conferência, tendo discursado na altura o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Tendo centrado a sua intervenção na importância das próximas eleições, Carlos Costa salientou a importância da iniciativa ao afirmar que **fomos os primeiros, os nossos camaradas e amigos, que equacionámos os problemas de Trás-os-Montes e apresentamos as soluções válidas.**

«Alquevas» há muitos

Dos trabalhos da Conferência fica-nos a certeza de que no nosso país «existem inúmeros Alquevas» – passe a expressão – que o mesmo é dizer que em Portugal podem ser feitos numerosos empreendimentos para benefício do País e só não o foram até agora por desinteresse de uns e interesse de outros.

É o caso, por exemplo, do ferro de Moncorvo, assunto amplamente tratado na 3.ª Secção. Questão de interesse regional, não se limita aí (o que já era uma boa razão) o seu interesse. Com efeito a concretizar-se o projecto mineiro de Moncorvo dava-se corpo ao Plano Siderúrgico Nacional, aumentava-se o número de postos de trabalho, fazia-se uma recuperação de divisas em virtude do aço não importado. Beneficiava Moncorvo, beneficiava o Seixal, beneficiava o País.

E a terminar a sua comunicação Carvalho Bragança chamava a atenção para o seguinte:

(...) Para além de custos financeiros elevados que a Siderurgia Nacional está a contabilizar, o adiamento do Plano Siderúrgico Nacional e do Projecto Ferrominas custam ao País cerca de 24 milhões de contos por ano. Para a sub-região do Douro Superior o custo excede 1 milhão de contos por ano.

Por seu turno, Manuel Veiga, abordando o mesmo tema chamaria a atenção para o seguinte:

Numa Europa de siderurgia em crise, a perda de um mercado, mesmo da dimensão do nosso, não pode ser olhada benevolamente.

Está aí, talvez, a razão por que o Plano Siderúrgico ainda não avançou?

Navegar é preciso

Como não podia deixar de ser a questão da navegabilidade do rio Douro veio à discussão. É tema controverso mas não eleitoralista, para os militantes comunistas, e outros democratas. Uns, por exemplo, defendem o transporte do minério de Moncorvo por caminho-de-ferro **(aumentando em 70 por cento o tráfego da CP em termos tonelada/km)**, outros opinam que o transporte deve ser feito por via fluvial **(a carga transportada por um batelão corresponderia a um número de vagões de caminho-de-ferro que pode ir de 100 a 150, equivalente à formação de vários comboios).**

Na comunicação apresentada por Guedes Pereira sobre a navegabilidade do Douro faz-se referência às conclusões a que chegou o denominado Grupo Executivo do Projecto, constituído para apoio à Comissão Interministerial para a Navegabilidade do Douro. E em Dezembro de 1982 este Grupo concluía:

A exploração dos cais e dos terraplenos, parece dever ser entregue, por concessão que salvaguarde convenientemente o interesse público, a uma empresa privada»;A exploração da via navegável entregue juntamente com a exploração dos portos a uma empresa privada parece ser a solução que menores encargos teria para o Estado. Porém, recordando que nem na Europa nem nos Estados Unidos alguma vez se entregou a exploração de uma via navegável a uma empresa privada, aconselha a constituição de uma empresa mista, entre o Estado e a empresa privada exploradora dos portos.

Comentando estas conclusões o conferencista salienta mais adiante:

(...) O Estado cria infra-estruturas, investindo milhões de contos, e entrega depois a sua exploração à sagrada iniciativa privada, que sem pagar qualquer mais-valia, mais fundo cavará as assimetrias entre litoral e interior, pela transferência ávida dos lucros que daqui se retiram.

Nestas breves linhas abordámos apenas algumas (poucas) das questões debatidas que revelam no entanto o interesse do PCP em resolver os grandes problemas nacionais, e que, também, sem o PCP, não poderão ser resolvidos.

Com efeito, sem eleitoralismos nem demagogias – numa altura em que se atira para cima da crise internacional todos os problemas que atravessamos e, desde o PS ao CDS, nos apontam com mais sacrifícios – apenas o PCP (e a APU) vêm apontar um caminho diferente – o de que é possível desenvolver a economia do País em benefício dos que trabalham. Não será tarefa fácil mas é viável. Contra ela estarão todos os que até agora têm beneficiado da política de indecisão, da política de compadrio. Esses nunca promoveriam uma Conferência que estudasse os problemas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Pelo contrário, a fazer um estudo da região seria sob a óptica de melhor a explorar em seu proveito – as suas riquezas e as suas gentes. A grande diferença que vai dessa gente para o PCP e seus aliados.

Poder local

Vitória da APU e da população

Repostas em Gondomar tarifas de há um ano

Por proposta da Aliança Povo Unido e com o voto contra do presidente da Câmara, eleito pelo PS, o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar decidiu restabelecer a tarifa de electricidade de 2$15 que vigorara até Janeiro de 1982 e fora ilegalmente aumentada pelo anterior Conselho de Administração (PSD/CDS) contra a deliberação expressa da Assembleia Municipal.

Com um ano de atraso vai ser assim cumprida a deliberação da Assembleia Municipal de Março de 1982.

É uma indiscutível vitória da APU, que durante todo o ano decorrido não deixou de batalhar pela reposição da tarifa de 2$15. É uma vitória da população, que sempre a acompanhou nesta luta e tem agora mais uma prova de que vale a pena lutar – como o fizeram milhares de pessoas que levantaram a sua voz em manifestações públicas frente à Câmara Municipal; e as suas estruturas populares (comissões e associações de moradores, colectividades, associações desportivas, sindicatos, CUMs, etc.) que organizaram e dirigiram um vigoroso e amplo movimento de protesto contra os insuportáveis aumentos de electricidade.

É por outro lado a lamentável comprovação de que o PS prossegue em Gondomar a defesa de interesses antipopulares que caracterizam generalizadamente a sua actuação nos órgãos autárquicos.

Em comunicado, a Comissão Coordenadora Concelhia da APU «apela à população que se mantenha vigilante ao desenvolvimento deste processo. Tal como no passado, é possível que alguns tentem noutros órgãos impor os aumentos.

«A unidade e a luta dos moradores permitirá travar vitoriosamente esta batalha.

«A APU continua a pensar que os brutais aumentos da electricidade são socialmente injustos, que não são economicamente inevitáveis e que é necessário o estabelecimento de uma tarifa especial de electricidade para os concelhos do Grande Porto.

«A actuação de eleitos do PS a favor do aumento das tarifas é frontalmente contrária aos interesses da população da região do Porto. Há uma situação especial na região do Porto, exige-se uma tarifa especial».

Em Vila do Conde o PS exorbita!

Não é exactamente o reverso da medalha. Porque num e noutro caso o PS não esconde que escolheu para modelo o que de mais vergonhoso tem sido feito pela direita, depois – e antes! – do 25 de Abril. Conta a Coordenadora da APU de Vila do Conde:

«No dia 18 de Março a APU/Vila do Conde colocou vários *placards* informativos ao povo do nosso concelho sobre os recentes, brutais e injustos aumentos das tarifas de electricidade, decididos pela Câmara. Exercemos assim um direito constitucional, que é o direito de informar livremente o povo. Dentro da mesma campanha de informação foram também colados cartazes.

«No mesmo dia a Câmara mandou os seus funcionários retirar os *placards* de contraplacado e guardá-los nos seus armazéns dando instruções para não os devolver e no dia seguinte mandou arrancar os cartazes».

Naturalmente, «a APU/Vila do Conde repudia energicamente o comportamento intimidatório, limitativo do exercício das liberdades democráticas em Vila do Conde e denuncia o carácter fascizante de tal medida, decidida por uma Câmara que se diz socialista. Ela não quer, mas o povo será informado». E relembra que «os aumentos decretados no concelho de 4$97 para 6$95 KW/h não são inevitáveis, mas sim um verdadeiro roubo. Significam para a maior parte do povo de Vila do Conde aumentos mensais de 300 a 400 escudos. Na vizinha Póvoa, por iniciativa do vereador APU, a electricidade baixou e hoje, com os mesmos consumos de energia, uma casa na Póvoa paga menos 500 escudos mensais do que em Vila do Conde.

PCP

Constituiu uma importante afirmação de amizade internacionalista a visita ao nosso país de uma delegação do Partido Comunista Libanês, a convite do PCP. O secretário-geral do PCL, camarada George Haoui, e o camarada George Batl, membro do Bureau Político do PCL, durante a sua breve estadia entre nós tiveram conversações com a direcção do PCP e participaram numa conferência de Imprensa em Lisboa e num comício de solidariedade realizado na freguesia de Alhandra.
O PCP e o PCL divulgaram, no quadro desta visita, um comunicado conjunto que publicamos à parte.

Comício em Alhandra

Foi num ambiente de calorosa solidariedade que decorreu, na última sexta-feira à noite, o comício promovido pelo PCP em Alhandra com a participação da delegação do PC Libanês. Centenas de pessoas, que enchiam por completo a grande sala da Sociedade Euterpe Alhandrense, prestigiosa colectividade da freguesia, acompanharam e aplaudiram as intervenções dos camaradas George Haoui e Álvaro Cunhal, que publicamos noutro local.
A saudação da Comissão de Freguesia de Alhandra do PCP, que introduziu o comício, certa de interpretar «o sentir de toda a organização local, dos trabalhadores e do povo de Alhandra», apresentou saudações fraternas aos camaradas libaneses (G. Batl e G. Haoui), ao Partido irmão libanês e às outras forças democráticas que «no Líbano combatem firme e abnegadamente uma das agressões e invasões mais sangrentas da História da Humanidade.
«Não tem sido com indiferença – sublinharam os comunistas de Alhandra representando o sentir de todo o Partido – que temos assistido aos massacres em massa e à completa destruição da cidade de Beirute. Não tem sido com indiferença que temos assistido ao assassínio de homens, mulheres e crianças libaneses e palestinianos pelas tropas sionistas de Israel. Desta tribuna, queremos manifestar aos nossos camaradas do Partido Comunista Libanês a nossa incondicional solidariedade militante e daqui lançamos o grito: *Sionistas fora do Líbano*! Desejamos, por fim, ao camarada G. Haoui os maiores êxitos na luta que o Partido irmão libanês trava pela liberdade do seu Povo, pela independência nacional, contra a agressão e a invasão do Líbano por Israel».
Durante o comício, em que também participaram outros dirigentes do PCP, incluindo Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, foram recebidas várias mensagens de saudação, nomeadamente da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira, das Comissões de Freguesia da área, das células das principais empresas, da JCP e das Mulheres Democráticas do concelho.
No final da sessão, que constituiu uma vibrante prova de amizade internacionalista entre os dois partidos, actuou o Grupo Coral «Unidos do Baixo Alentejo», do Bom Sucesso (Alverca).
Aos camaradas libaneses foram oferecidas várias recordações.

Reforçam-se os laços entre o

Comunicado conjunto

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 17 a 19 de Março uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Libanês composta por Georges Haoui, Secretário-Geral e Georges Batal, membro do Bureau Político.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PCL realizou conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes membro do CC e responsável da Secção Internacional.

A delegação do PCL participou num Comício de Amizade PCP/PCL, na vila de Alhandra, onde usaram da palavra Álvaro Cunhal e Georges Haoui. Tomou contacto directo com a actividade do PCP, encontrando-se designadamente com uma delegação da Direcção de Organização Regional de Setúbal. Realizou uma Conferência de Imprensa.

Durante as conversações foram trocadas informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e abordadas questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário internacional, com destaque para a situação no Médio Oriente.

A delegação do PCP condenou firmemente a criminosa invasão e os massacres perpetrados no Líbano pelas tropas de Israel com o concurso directo do imperialismo norte-americano e expressou a activa solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores portugueses para com a luta do PCL, do Movimento Nacional Libanês, assim como das outras forças patrióticas e progressistas pela imediata retirada das tropas sionistas do Líbano, em defesa da unidade, independência, soberania, integridade territorial da sua pátria e da democracia. Saudou a justa luta do povo palestiniano conduzida pela OLP nomeadamente contra a invasão sionista e na defesa de Beirute ao lado das forças patrióticas e progressistas libanesas.

A delegação portuguesa expressou a sua firme oposição à utilização do território português em actos de hostilidade e agressão do imperialismo contra outros povos, em particular pela Força de Intervenção Rápida norte-americana que tem como objectivo confessado sufocar a luta libertadora dos povos árabes.

A delegação do PCL expressou a sua solidariedade para com a luta dos comunistas, da classe operária e do povo português em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e por uma alternativa democrática que responda às profundas aspirações de progresso social e independência nacional do povo português.

As duas delegações consideram que a agressão de Israel no Líbano, sendo a expressão da política agressiva e expansionista dos dirigentes sionistas de Israel, foi estimulada e apoiada pelo imperialismo norte-americano no quadro da sua estratégia agressiva no Médio Oriente e à escala mundial.

Sublinharam que a salvaguarda dos direitos nacionais dos povos árabes e uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só é possível através da retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois de 1967, incluindo Jerusalém, do reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestiniano, incluindo o da edificação do seu próprio estado independente e soberano do reconhecimento da independência e integridade territorial do Líbano, Síria e outros Estados árabes. Condenaram as tentativas para, na linha dos acordos de Camp David, impor ao Líbano uma «paz separada», assim como o Plano Reagan para o Médio Oriente.

Puseram em relevo a enorme importância do fortalecimento da cooperação, unidade de todas as forças patrióticas e progressistas do mundo árabe e o papel que a Síria, assim como os outros países da Frente de Firmeza são chamados a desempenhar para a contenção e derrota dos planos do imperialismo, do sionismo e da reacção.

Sublinharam a importância da ampla campanha internacional de solidariedade para com o povo libanês e o povo palestiniano em diferentes países do mundo e designadamente a conduzida pelo Partido Comunista de Israel e outras forças democráticas e amantes da paz deste país.

As duas delegações sublinharam o empenho dos seus partidos na luta em defesa da paz, contra a frenética corrida aos armamentos desencadeada pelo imperialismo e pelo desarmamento, pelo desanuviamento e a coexistência pacífica. Sublinharam ao mesmo tempo que a luta em defesa da paz é inseparável da luta dos trabalhadores e dos povos pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo.

As duas delegações expressaram a sua activa solidariedade a todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, o fascismo, o racismo. Expressaram em particular a sua solidariedade para com os povos da Namíbia, de Angola, Moçambique, e dos demais países da Linha da Frente face às agressões e crimes do regime fascista do «apartheid», aliado dos sionistas de Israel e apoiado pelo imperialismo.

As duas delegações consideram de fundamental importância o reforço da unidade do movimento comunista internacional e do fortalecimento da amizade e da solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias: a URSS e os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

As duas delegações expressaram a sua vontade de continuar o fortalecimento das relações de fraternal amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos e países e da unidade de todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas.

Lisboa, 17 de Março de 1983

Discurso de G. Haoui

Queridos Camaradas, Queridos Amigos,

Gostaria, em primeiro lugar, de vos agradecer muito sinceramente, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, da classe operária e de todos os trabalhadores libaneses, a realização desta iniciativa organizada pelo Partido Comunista Português para testemunhar a solidariedade do povo português e dos trabalhadores com a luta que travamos no nosso país. Esta luta, que, aliás não vos é desconhecida, pois vós próprios lutais em Portugal pelos mesmos interesses de classe, contra as mesmas forças imperialistas, fascistas e reaccionárias.

Sim, a nossa luta é a mesma, o nosso combate o mesmo, um combate pela emancipação, pela liberdade, pela independência nacional, o progresso social e a paz.

Vivemos hoje um dos períodos mais críticos e mais perigosos que a Humanidade jamais conheceu. Com a administração Reagan, redobrou a intensidade e violência da ofensiva imperialista contra os povos. Por todo o mundo os EUA empenham-se na criação de focos de tensão; estamos perante uma generalização desta ofensiva em todas as frentes, e perante o seu aprofundamento simultâneo. Com esta política, o imperialismo americano, num último sobressalto, tenta conservar as posições que ainda detém no mundo, e mesmo recuperar o que perdeu com os êxitos das forças da paz e do socialismo durante os últimos decénios.

Nesta ofensiva nem um só meio ou campo de batalha foi posto de parte. Os EUA mobilizam todo o seu poderio, e todos os seus aliados e agentes no mundo, na maior acção desestabilizadora a que o mundo assiste desde a 2.ª Guerra Mundical. Esta grande mobilização de meios e a multiplicação das provocações e agressões tem pesadas consequências; ameaça de forma real e preocupante a paz no nosso planeta.

Na Europa os EUA e os seus aliados mais fiéis tudo fazem para que fracassem as negociações sobre os euromísseis; o seu objetivo supremo não é a redução destes armamentos, mas antes a implantação dos «Pershing II» em solo europeu, aumentando assim o poderio da sua presença no velho continente, constituindo assim um flagrante atentado à independência dos países da Europa.

Os EUA de Reagan chegaram ao extremo da sua louca corrida aos armammentos, com múltiplos pretextos sem fundamento, aumentaram consideravelmente o seu arsenal de morte, ameaçando a Humanidade no seu conjunto em todos os continentes, obrigando igualmente o conjunto das potências europeias a reequilibrar o seu potencial militar à custa de fabulosos orçamentos consagrados aos instrumentos de morte, orçamentos que atingem directamente, neste período de crise económica os rendimentos dos trabalhadores que vêem assim a sua situação degradar-se em dois sentidos, económico e de segurança social.

Reagan desenvolveu ao máximo a política americana de apoio às tendências anti-democráticas e ditatoriais na Europa e no mundo. Empenhou-se em multiplicar e reforçar as bases militares americanas. Os EUA apoiam despodoradamente as ditaduras na América Latina, e opõem-se directamente aos movimentos de libertação, apoiando financeiramente e com armamento as juntas militares, como acontece em El Salvador. No Continente africano Reagan levou os EUA a aumentar o seu papel intervencionista como mostram os acontecimentos no Zimbabwe.

O mesmo sucedeu em relação à Asia e ao Próximo Oriente. No mesmo sentido se enquadra a vasta campanha ideológica desenvolvida pelos *mass-media*dos EUA e dos seus agentes para desacreditarem os países socialistas e em 1.º lugar a União Soviética, assim como as tentativas de tirar dividendos das dificuldades que conhe-

Discurso de Álvaro Cunhal

Camaradas:

Há precisamente três anos, em Março de 1980, uma delegação do nosso Partido de que fiz parte visitou o Médio Oriente. Estivémos no Líbano. Na capital, Beirute. Realizámos conversações com o camarada Arafat, com outros dirigentes da OLP, com dirigentes do Movimento Nacional Libanês e do Partido Comunista Libanês, designadamente com o camarada Georges Haoui que aqui participa hoje connosco neste comício de amizade e cuja presença e discurso já todos aqui saudamos calorosamente.

Já nessa altura pesava sobre o Líbano a ameaça de agressão sionista. Já nessa altura o sul do Líbano e a costa libanesa eram sistematicamente bombardeados e sujeitos a acções terroristas de incursões armadas das tropas israelitas e das milícias fascistas da Falange apoiada por Israel. Já nessa altura os sionistas procuravam impor ao Líbano a saída do Líbano da resistência palestiniana, nomeadamente da OLP.

Levámos então às forças revolucionárias e nacionais libanesas e à resistência palestiniana a nossa activa e firme solidariedade militante.

Lembramos aqui com emoção que a delegação do nosso Partido foi recebida com inultrapassáveis expressões de amizade e solidariedade, testemunhando que entre militantes revolucionários e entre povos em luta existe uma identidade de aspirações, sentimentos e objectivos fundamentais e uma fraternidade de combate que os une como irmãos.

Hoje temos de visita a Portugal uma delegação do PC Libanês.

Este comício de amizade testemunha os laços de amizade existentes entre o PCP e o PCL, entre o povo português e o povo do Líbano.

O combate que travamos nos respectivos países é um combate nacional e patriótico nas condições concretas em que vivemos e lutamos. Mas é também um combate comum, porque temos inimigos comuns, porque a luta que travamos se insere num mesmo processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos, porque nos unem os mesmos nobres e exaltantes ideais: o ideal da independência nacional, o ideal da paz, o ideal do socialismo e do comunismo.

Por tudo isso, benvindos sejais a Portugal, queridos camaradas libaneses.

Podeis estar absolutamente certos de que os comunistas e os trabalhadores de Portugal estão ao vosso lado, na justa e heróica luta que travais contra o imperialismo, contra a ocupação sionista, pela retirada imediata das tropas sionistas, pela defesa da independência, soberania e integridade territorial da vossa pátria, por um Líbano unido, democrático e progressista.

A situação no Líbano e no Médio Oriente e a posição do PCP

O camarada Haoui, no discurso que acabamos de ouvir, deu-nos uma preciosa informação sobre a situação no Líbano e no Médio Oriente e sobre a heróica luta do povo libanês, dos comunistas e outros patriotas libaneses, da OLP e do povo palestiniano, para os quais vai o nosso inteiro apoio e solidariedade.

Sente-se neste comício o pulsar dos sentimentos do povo português para com o povo libanês, para com o povo palestiniano, para com a justa causa dos povos árabes.

Mas infelizmente, não é essa a atitude nem são esses os sentimentos seja dos partidos reaccionários que estão no Governo, seja dos dirigentes do PS.

Quando dos bombardeamentos e massacres o que o Governo «AD» condenou foram os «trágicos acontecimentos que ensaguentaram Beirute» sem condenar nem sionistas nem falangistas. Toda a sua propaganda não escondeu o ódio aos povos árabes e à resistência palestiniana e as abertas simpatias por Israel e pela acção norte-americana. E ainda mais grave, numerosas notícias indicam que o território português (designadamente as Lajes) foi utilizado para trânsito de forças norte-americanas com destino ao Médio Oriente.

Quanto ao secretário-geral do PS que foi ao Médio Oriente em missão da Internacional Socialista, as suas afirmações foram no sentido de justificar, ilibar e elogiar Israel, de apoiar o «Plano Reagan» e a acção do imperialismo norte-americano, de levantar dúvidas e suspeições sobre a resistência libanesa e palestiniana e de propugnar a capitulação dos povos árabes no espírito de Camp David. O que o Médio Oriente precisa – disse ele – é de «um novo Sadat» – ou seja, de novos dirigentes árabes que sacrifiquem os interesses e direitos do povo palestiniano, os interesses e direitos do povo libanês e dos outros povos árabes a um entendimento com o imperialismo norte-americano garantindo a este o domínio económico e estratégico da região.

Como ainda há dois dias vimos e ouvimos na RTP, o secretário-geral do PS (forçado por um jornalista) teve duas breves palavras para condenar os massacres de Beirute mas logo gastou longos minutos para gabar as virtudes de Israel... por ter reconhecido esses massacres e feito um inquérito.

E de regresso dos Estados Unidos resumiu a sua opinião dizendo que «o mais importante é, sem dúvida, a retirada das **tropas estrangeiras** do Líbano» («Expresso», 26.2.83).

Não disse «tropas israelitas». Disse «tropas estrangeiras». E a diferença é significativa. Porque já antes da invasão do Líbano, os sionistas, os imperialistas e todos os reaccionários reclamavam como o mais importante da questão libanesa a retirada do Líbano das «tropas estrangeiras» entendendo por «tropas estrangeiras» os combatentes da OLP e as tropas sírias.

E porque, agora, com essa expressão, metem-se no mesmo saco as tropas invasoras e ocupantes israelitas, e os sírios e palestinianos cuja presença no território libanês é uma questão interna do Líbano, da inteira competência do seu governo.

O nosso Partido, sempre solidário para com a luta libertadora dos povos, toma posição completamente diferente.

Nós condenamos a invasão do Líbano pelas tropas israelitas numa criminosa guerra de expansão e conquista que causou dezenas de milhares de mortos e que não pode deixar de provocar a indignação e o protesto de toda a Humanidade.

Condenamos o imperialismo norte-americano e o governo Reagan que apoiam e incitam os sionistas e têm responsabilidade directa no desencadeamento da guerra, nos massacres e na ocupação, de que se servem como instrumento de estratégia hegemonista e expansionista do imperialismo norte-americano no Médio Oriente.

Condenamos as atrocidades e os massacres de milhares de civis – homens, mulheres e crianças – designadamente os massacres de Sabra e Chatila, os bombardeamentos, o genocídio de Beirute levado a cabo pelas milícias falangistas e pelas tropas israelitas.

Condenamos a imposição pela guerra ao povo do Líbano do domínio de forças reaccionárias há muito instrumento de Israel.

Condenamos a expulsão por armas estrangeiras dos combatentes palestinianos do território libanês.

Os invasores sionistas conseguiram fazer sair de Beirute e do Sul do Líbano os combatentes palestinianos, conseguiram impor pela guerra uma alteração na correlação de forças interna no Líbano, mas não conseguiram resolver nenhum problema da região, não conseguiram liquidar a luta do povo libanês, nem derrotar militarmente a Resistência Palestiniana, designadamente a OLP, nem fazer capitular a Síria.

Nós daqui saudamos calorosamente e prestamos a nossa homenagem revolucionária à luta heróica do povo libanês e do povo palestiniano, que saem política e moralmente engrandecidos desta batalha em que deram alto exempo de que, mesmo contra a força mais brutal, mesmo em nítida inferioridade militar, a vontade, a determinação e o heroísmo dos povos pode assegurar o seu futuro.

Aqui prestamos homenagem à luta heróica do Partido Comunista Libanês, pedindo ao seu secretário-geral, camarada Georges Haoui, que transmita ao seu partido e ao seu povo a solidariedade fraternal, inteira e activa dos comunistas e do povo de Portugal.

O PCP apoia a justa e heróica luta do povo libanês contra a ocupação sionista, pela unidade da sua pátria, pelo integral respeito da sua independência e integridade territorial, pela salvaguarda da democracia.

Apoia a justa exigência dos povos libanês e palestiniano para que sejam restituídos todos os territórios árabes ocupados desde 1967, para que seja garantido e efectivado o direito do povo palestiniano a construir um Estado independente, para que a OLP participe em qualquer solução na qualidade de único legítimo representante do povo palestiniano.

Estamos certos de que a nossa posição é compartilhada não apenas pelos comunistas, mas pelos trabalhadores, pelo povo, por todos os verdadeiros democratas, por todos aqueles que têm sentimentos de respeito pelos direitos dos povos e pela dignidade humana.

Por isso aqui pedimos aos camaradas libaneses que, de regresso à sua pátria, transmitam ao seu povo que os comunistas e o povo de Portugal estão inteiramente a seu lado, certos de que a justa causa do povo libanês, do povo palestiniano, dos povos árabes, acabará por triunfar.

Portugal não deve ser trampolim norte-americano

A situação no Líbano e em todo o Médio Oriente coloca em evidência, para nós portugueses, a questão das bases militares estrangeiras em território português e a utilização do território português pelo imperialismo norte-americano para as suas acções agressivas.

Porque a base das Lajes tem sido utilizada para passagem de tropas.

E porque se fala agora na eventual utilização das bases no Continente pela Força Rápida de Intervenção no quadro da transformação de Portugal num trampolim das acções agressivas norte-americanas.

O povo português tem bem presente duas viagens relâmpago feitas recentemente aos Estados Unidos por um Primeiro-Ministro em vésperas de ser demitido e por um candidato a novo primeiro-ministro.

O que foi Balsemão de corrida fazer aos Estados Unidos, a falar com Reagan logo a seguir à derrota sofrida pela «AD» nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro?

O que foi Mário Soares de corrida fazer aos Estados Unidos a falar com Reagan logo que as eleições antecipadas foram decididas?

Pedir? Oferecer? O que foi pedir e o que foi oferecer Balsemão? O que foi pedir e o que foi oferecer Soares?

Pedir, o primeiro, apoio para se manter no poder? Pedir, o segundo, apoio para subir ao poder?

E o que ofereceram em troca desse apoio? Qual a atitude que tomaram em relação às pretensões militares de Reagan?

Pelas declarações do próprio Balsemão no seu regresso e pelas informações então difundidas falaram de «facilidades acrescidas» na utilização da base das Lajes, da utilização da Base de Beja pela Força de Intervenção Rápida norte-americana, da instalação de mísseis nucleares em território do Continente, da eventual participação de contingentes militares portugueses no Líbano.

Também Mário Soares, de regresso dos Estados Unidos, referiu o interesse norte-americano na utilização da base das Lajes e um «aparente interesse de Washington em utilizar bases portuguesas no Continente».

Tudo isso foi confirmado há poucos dias pelo presidente da Assembleia Regional dos Açores em Conferência no Instituto de Defesa Nacional.

E qual foi a resposta dada a Reagan por Balsemão? E qual foi a resposta dada a Reagan por Mário Soares?

Como uma enguia, o secretário-geral do PS foge a responder nessa matéria.

Recentemente, numa entrevista ao «Diário de Lisboa» (12.3.83), um jornalista insistia: «Se por acaso lhe propusessem o chamado pacote estratégico quando fosse primeiro-ministro, como reagiria?»

Qual foi a resposta do secretário-geral do PS? Que acautelaria os interesses nacionais? Que não daria novas facilidades nas Lajes? Que não daria facilidades no território continental para a utilização pela Força Rápida de Intervenção norte-americana igualmente para intervenção no Médio Oriente e para outras acções agressivas? Que recusaria a instalação dos mísseis nucleares em território português? Não, o secretário-geral do PS respondeu assim:

«Eu não devo responder a hipóteses de mera futurologia. Seria da maior estultícia aceitar entrar nesse tipo de discussão».

Como interpretar esta recusa a assumir uma posição face a questões candentes da política portuguesa? Com pretexto de que se trata de futurologia?

Não é por si mesma tal recusa a responder uma afirmação de comprometimento e de compromisso?

Que o imperialismo norte-americano tenha pretensões a uma mais larga utilização militar do território português é natural: é conforme com a sua natureza, com a sua política de agressão e de guerra.

O que é alarmante é que, tanto da parte dos partidos reaccionários que ainda estão no Governo, como da parte do PS que pretende vir a formá-lo, tudo indica haver o propósito, a disposição e o compromisso de acederem às pretensões de Reagan e do imperialismo norte-americano.

O que é alarmante é que nem Balsemão, nem Mário Soares declaram que rejeitam o «pacote estratégico» que o imperialismo norte-americano quer impor a Portugal.

O povo português, particularmente em vésperas de eleições, **tem o direito de exigir da parte dos dirigentes de partidos que estão no Governo ou que se propõe vir a estar no governo declarações claras acerca de questões que põem em causa para Portugal a segurança e a paz.**

Da parte do PCP, a posição é clara.

O PCP é frontalmente contrário ao alargamento da utilização militar na base das Lajes, designadamente a utilização para passagem de tropas norte-americanas, como já tem sucedido para o Médio Oriente.

O PCP é frontalmente contrário à utilização do território do Continente, da base de Beja, ou de qualquer outra base pelas Forças Aéreas dos Estados Unidos, designadamente pela Força Rápida de Intervenção.

O PCP é frontalmente contrário à instalação em território português de mísseis norte-americanos, designadamente dos novos mísseis nucleares de alcance médio.

O PCP é frontalmente contrário à instalação e trânsito em território português de quaisquer armas nucleares e adverte dos perigos da utilização, que se tornou agora corrente, do porto de Lisboa pelos submarinos atómicos dos Estados Unidos, que volta e meia vemos ali ancorados perto da Trafaria.

A política externa que defendemos (conforme com a Proclamação Eleitoral saída da nossa recente Conferência Nacional) é, sem qualquer prejuízo das relações tradicionais, uma política de diversificação das relações externas na base da igualdade, do respeito pela independência nacional e pela soberania, de vantagens recíprocas, da não ingerência nas questões internas, de posições internacionais favoráveis à coexistência pacífica, no desanuviamento, ao desarmamento e à Paz.

Esta política não é apenas a política de um partido. É uma verdadeira política nacional e patriótica.

Ela corresponde inteiramente à letra da Lei Fundamental do país e aos interesses de Portugal como nação livre, democrática e independente.

A situação na África Austral e a Conferência de Lisboa

O Médio Oriente não é a única região do mundo onde a política agressiva do imperialismo se traduz em agressões armadas, bombardeamentos, destruições, massacres da população civil, tentativas violentas de liquidação de regimes progressistas e de nova subjugação de países que se libertaram do colonialismo e conquistaram a independência nacional.

É o caso da África Austral onde, tal como Israel no Médio Oriente, os racistas sul-africanos, respaldados pelos Estados Unidos, continuam a ocupar a Namíbia e a recusar reconhecer a sua independência, continuam a praticar a discriminação racial e o *apartheid*, continuam a fomentar actividades terroristas no território dos Estados vizinhos, continuam a ocupar território angolano, continuam a lançar acções de guerra, como bombardeamentos, destruições, massacres, contra Angola, contra Moçambique, contra o Zimbabwe.

Tal como em relação ao povo do Líbano, ao povo palestiniano, aos povos árabes, o nosso Partido é igualmente solidário para com os povos da África Austral.

Esta referência tem particular significado pelo facto de que dentro de poucos dias, de 25 a 27 de Março, terá lugar em Lisboa a Conferência Internacional de Solidariedade para com os Estados da Linha da Frente, ou seja, Angola, Moçambique, Tanzânia, Zimbabwe e Zâmbia, e também para com os povos da Namíbia e da África do Sul.

A Conferência tem como declarado objectivo político «mobilizar a opinião pública mundial em apoio desses Estados e povos», que «enfrentam a ofensiva contínua e a guerra não declarada levadas a cabo pelo regime do *apartheid*».

Tem o patrocínio dos Chefes de Estado ou Primeiros-Ministros de todos os Estados da Linha da Frente e do Lesotho.

Terá a participação de destacados dirigentes desses países, assim como de partidos das mais variadas tendências políticas e de crenças religiosas diversas.

Tem uma Comissão Nacional Portuguesa com mais de 300 membros individuais e colectivos, também de variadas tendências políticas, incluindo membros do PS.

Tem uma Comissão Internacional Preparatória de 40 membros, entre os quais todos os partidos dirigentes dos Estados da Linha da Frente – o MPLA-PT, o Partido Frelimo, o CCM da Tanzânia, a UNIP da Zâmbia, do Partido Democrático do Botswana, a ZANU-FP do Zimbabwe, o Partido Nacional Basotho do Leshoto –, assim como o governo da Nigéria, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, o Conselho Especial das Nações Unidas contra o *Apartheid*, o Conselho Pan-Africano das Igrejas, o Conselho Mundial das Igrejas, etc.

Qual a posição que em relação a esta grandiosa Conferência tomam as forças reaccionárias?

Naturalmente que a combatem.

O PSD, pela voz da sua Comissão de Relações Internacionais afirma a «sua falta de representatividade democrática» e conclui que «não oferece garantias de idoneidade suficientes» (O Dia, 25.2.83). É espantoso. Mas di-lo.

O CDS condena «veementemente» a Conferência por «se destinar a promover os interesses estratégicos da União Soviética» (D. Popular, 8.3.83).

E o PS?

O PS, com Mário Soares, navega nas mesmas águas do PSD e do CDS.

Por um lado, Mário Soares manifesta em palavras a sua solidariedade para com os povos da Linha da Frente, da Namíbia e da África do Sul.

Por outro lado, é um agente da intriga neocolonialista da Internacional Socialista, faz elogios à política do governo Reagan na África Austral e ataca nos termos mais violentos a Conferência de Lisboa.

Diz que esta Conferência «parte de organizações não representativas (...) (fantástico também) e que só indirectamente se preocupam com a luta dos povos dos Estados da Linha da Frente». Fez diligências concretas para que os países da Linha da Frente, o Congresso Nacional Africano e a SWAPO retirassem o seu apoio à Conferência para que ela fracassasse (cartas a Oliver Tambo e Sam Nujoma). E, tomando a cabeça da intriga contra a Conferência, cego pelo seu anticomunismo e anti-sovietismo mais primário, insiste, em declarações, em conferência de imprensa, em entrevistas, que a Conferência é uma «peça da estratégia da União Soviética», «representa uma parte dos esforços de propaganda planetária da União Soviética» (entrevista à Newsweek).

Esta posição vale a Mário Soares o elogio do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros Botha, que naturalmente, como porta-voz do governo racista que desencadeia as agressões armadas na África Austral, ataca também a Conferência de Lisboa em termos muito semelhantes.

Nós aqui expressamos uma vez mais a nossa inteira solidariedade para com os povos da África Austral e em particular para com os povos dos países da Linha da Frente (Moçambique, Angola, Tanzânia, Zimbabwe e Zâmbia) bem como para com os povos da Namíbia e da África do Sul.

Nós aqui expressamos uma vez mais a nossa solidariedade para com o Partido Frelimo, para com o MPLA-Partido do Trabalho, para com a SWAPO, para com a ZANU, para com o Congresso Nacional Africano, para com o Partido Comunista Sul-Africano, para com todas as forças e todos os povos afri-

PCP e o PC Libanês

cem em alguns desses países, para multiplicar as provocações e fomentar todos os dias novos *complots*.

Camaradas e Amigos,

Nesta vasta frente de guerra que circunda o nosso planeta, o imperialismo escolheu uma zona particular para aí criar uma brecha; esta zona, tomdada de assalto pelas suas forças, foi precisamente o Líbano.

Tirando partido do desequilíbrio da correlação de forças regional, consequência da assinatura do acordo separado entre o Egipto e Israel em Camp David, agravado pelo desencadeamento continuado da guerra irako-iraniana, os EUA empurraram o seu aliado de Israel para uma vasta ofensiva de agressão contra o Líbano.

A agressão israelita prosseguiu vários objectivos sendo os mais importantes a liquidação das Forças Armadas palestinianas da OLP; a retirada da força de dissuação do Líbano; o enfraquecimento da Síria com o objectivo de a forçar a aceitar as condições americano-israelitas de paz; colocar o Líbano sobre a sua hegemonia e negar a sua independência nacional; o desmembramento da sociedade libanesa em diversas entidades confessionais opostas umas às outras; a modificação da correlação de forças no interior do Líbano e a instalação no poder de uma equipa dirigente reaccionária e partidária que seria o aliado fiel de Israel.

A intervenção americana não se limitou simplesmente a autorizar a invasão israelita. No auge dos combates os EUA tomaram a iniciativa de tornar durante muito tempo, a situação mais complexa, e assegurar uma intervenção mais eficaz nas fases ulteriores, não hesitando em empregar todos os meios e agentes de que dispõe, perpretando os massacres mais horríveis contra os habitantes libaneses e palestinianos dos campos de Sabra e Chatila com o objectivo de assegurar uma presença militar directa e prolongada no Líbano, sob a protecção da força multinacional, que hoje aliás é apenas constituída pelas forças dos estados membros da OTAN, e portanto sobre a égide directa americana.

A invasão israelita do Líbano não foi contudo um passeio agradável para os agressores. Perante a poderosa máquina de guerra israelita, face aos «F-16» e «Panthons» americanos, face às bombas de fragmentação, às bombas de fósforo e às bombas de vácuo, face à brutalidade do agressor e à sua crueldade sem limites, um punhado de combatentes resistiu, um punhado de homens e todo um povo fizeram frente ao exército mais bem equipado do mundo. Sim, porque os nossos militantes libaneses, os nossos camaradas palestinianos infrigiram uma dura lição a Begin, a Sharon e a Reagan. Durante mais de 3 meses, este punhado de combatentes escreveu uma nova página na história dos povos árabes que lutam pela liberdade, os direitos nacionais, contra a agressão e contra o imprialismo.

Israel não se pode orgulhar das dezenas de milhares de mortos, da ocupação do sul, da montanha e de Beirute. A verdadeira vitória pertence-mos; é a vitória daqueles que se mantiveram confiantes, daqueles que sabem que só o direito dos povos é inalienável e absoluto, e que a ocupação é efémera e provisória.

Não é verdade que Israel tenha atingido os seus objectivos. A nossa existência obstinada durante meses de combate, e sobretudo durante o cerco de Beirute, bem como a vasta campanha de solidariedade que se desenvolveu no mundo obrigaram os agressores a aceitar uma solução política que permitiu à OLP retirar as suas forças da capital libanesa sitiada com honra e dignidade.

A OLP conseguiu manter intacta a sua estrutura. A maioria dos seus quadros e dirigentes saíram invólumes da batalha. A causa palestiniana enormes sucessos suplementares e a influência da OLP cresceu de forma considerável, como o acabam de demonstrar os trabalhos da Cimeira dos Países Não-Alinhados, e, anteriormente a reunião do Conselho Nacional Palestiniano reunido em Argel.

Não camaradas, Israel não conseguiu atingir os seus objectivos, pois não se pode liquidar pela força a vontade e a consciência de um povo. Hoje está aliás estabelecida forma definitiva que a paz no Médio Oriente não poderá existir senão com a concretização dos direitos nacionais do povo palestiniano, e em 1.º lugar, o seu direito a um estado soberano e independente no seu território. Não poderá haver paz verdadeira, justa e duradoura, sem a OLP, o único representante legítimo do povo palestiniano.

A realidade dos factos destruiu os objectivos dos americanos e israelitas. A Síria, que queriam derrotada e arrastando-se de joelhos para assinar os acórdos de Camp David continua a resisitir.

Todas as condições estão hoje reunidas para que a Síria continue a enfrentar as provocações israelistas e americanas no Líbano e no seu próprio território.

Contudo, não devemos acreditar que a ofensiva americana e israelita no Líbano tinha apenas como alvos palestinianos e sírios. A melhor prova disso reside na entrada das tropas israelitas em Beirute logo a seguir à retirada das forças palestinianas e sírias da cidade. Israel e os Estados Unidos mostraram de forma evidente quais eram os seus objectivos no Líbano. Tornavam-no de resto de uma forma explícita. Nas negociações israelo-libanesas que se realizam sobre a égide dos EUA. Aí vêem – claramente os objectivos expansionistas de Israel no território libanês, e a sua vontade de garantir uma dominação em grande escala sobre as instituições políticas do país. Quanto aos EUA, não escondem mesmo a sua vontade de garantir uma presença directa, incluindo a militar, e por um longo período, no nosso território nacional.

Nestas negociações, e tendo em conta a correlação de forças criada com a invasão e ocupação, receia-se que Israel possa impor directamente as suas conidões ao Líbano, tentando os EUA aparecer como árbitro nesta negociação para assim melhor poder assegurar a sua própria presença de dominação no nosso país.

Na situação actual e sob o peso da ocupação e o crescer da intervenção americana, recomeçou a guerra civil na montanha libanesa em consequência das provocações das forças do ocupante, que se aproveitaram do desequilíbrio na relação de forças internas e tentam consagrá-lo no terreno como uma situação de facto, por meio da multiplicação dos confrontos e dos atentados.

É assim que o nosso povo, assim como o nosso Partido, e o conjunto dos nossos aliados, sobretudo o Partido Socialista Progressista se viram obrigados a entrar naquela que foi designada como a batalha da Montanha.

Por outro lado as forças reaccionárias libanesas empenham-se em empurrar o poder central para a instauração de um regime político anti-democrático e que ameaçe realmente as liberdades democráticas conquistadas pelo nosso povo ao longo da sua história.

Face a todas estas ameaças e a todos estes riscos, nós comunistas lutamos com os nossos aliados do movimento nacional em torno de 3 palavras de ordem principais: independência nacional, unidade nacional, democracia.

A independência do nosso país não pode ser assegurada senão obrigando Israel a retirar as suas tropas total e incondicionalmente do nosso território nacional, em conformidade com as resoluções 508 e 509 do Conselho de Segurança da ONU. E neste sentido, agimos pela unidade de todos aqueles que, no seio do nosso povo, vêem os seus interesses espezinhados pela ocupação, quaisquer que sejam as suas filiações políticas ou religiosas.

Se hoje afirmamos o nosso apoio a certas iniciativas do actual poder central, nem por isso deixamos de estar muito cépticos e profundamente inquietos, acreditando sinceramente que o actual equilíbrio de forças assim como a tendência de certos sectores do poder em pôr todas as cartas nas mãos dos americanos fazem correr o risco de, com toda a lógica, conduzir à assinatura de um acordo israelo-libanês humilhante para o nosso país, acordo que não passaria de uma variante dos de Camp David, permitindo assim aos EUA e a Israel lançarem-se para a 3.ª etapa – a da realização do plano Reagan.

Por outro lado, atribuímos uma grande importância às corajosas operações conduzidas pelos combatentes da Frente de Resistência Patriótica contra as concentrações de tropas e as colunas dos ocupantes. Estas acções que são quotidianas, e que infringem ao exército israelita pesadas perdas diariamente, são a continuação da luta armada heróica que efectuaram os combatentes progressistas libaneses durante toda a invasão, e depois em Beirute logo a seguir à partida das forças palestinianas.

Pensamos que este fusticar constante das tropas inimigas constitui para o Líbano um trunfo donde deverá saber colher os frutos, incluindo nas negociações em curso sobre a retirada das forças israelitas do Líbano.

Quanto à unidade do Líbano, nós comunistas apelamos à reconciliação geral na base da rejeição entre as forças políticas que se opõem no Líbano, e união cada vez mais necessária face às pretenções hegemónicas do inimigo. Mas isso não nos impede de pegarmos em armas, precisamente para derrotar as tentativas de dividir o nosso país numa base confessionada; e de lutar lado a lado com o conjunto das forças patrióticas e progressistas, contra aqueles que trabalham para esta divisão que é consequência da lógica hegemónica do partido falangista; e nós trabalhamos com todas as nossas forças para que o poder central libanês se exerça no conjunto do território libanês, e pela exclusão de todas as milícias que tentam substituí-lo, e em primeiro lugar as milícias fascistas.

Da mesma maneira, lutamos através de todos os meios de que dispomos para preservar as liberdades democráticas conquistadas pelo nosso povo através dos combates mais rudes que marcam a nossa história há várias gerações. Para nós está fora de questão que os plenos poderes de que devem dispor o governo para fazer face à grave situação do país, lhe sirva para silenciar o movimento popular que é precisamente o principal apoio de qualquer acção que viesse pôr fim à ocupação e recontruir a unidade do Líbano.

Perante a traição nacional e o recurso às forças estrangeiras, que foram as principais características da burguesia libanesa durante os 8 anos de conflitos já decorridos, e perante a política que em 1976 a levou a apelar para a Síria e em 1982 a aliar-se a Israel e hoje a submeter-se aos americanos, a classe operária, o seu partido, assim como as forças vivas e honestas do nosso país, mantém-se firmes na sua determinação em cumprir estas três palavras de ordem e sublinhar que a independência, a unidade e a democracia são indissociáveis. O nosso partido prossegue a sua luta com maior determinação e vivacidade, recorrendo a todas as formas de luta e com base na sua unidade.

Mais do que nunca queremos lutar, queremos que o nosso povo saia vitorioso desta batalha.

Queridos Camaradas e Amigos,

Agradeço mais uma vez ao PCP esta grande campanha de solidariedade, que não é mais do que um elo da longa cadeia de acções de solidariédade com a nossa luta. Temos bem presentes todos os esforços que o vosso partido desenvolveu para que se realizasse com sucesso a Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe em Setembro de 1979, em Lisboa, assim como a campanha que vós desenvolvestes durante a invasão israelita. Esta acção não nos espanta da vossa parte pois sempre reconhecemos em em vós um partido fiel às tradições do internacionalismo, um partido combativo, vigoroso, tendo no seu activo uma longa tradição e um imenso património é que a sua maior honra.

O vosso partido e o nosso têm em comum a mesma forma de sentir a unidade deste combate que travamos contra os mesmos inimigos, quer seja em Portugal ou no Líbano, na Europa ou no Médio Oriente. A vossa luta pela defesa e o desenvolvimento das conquistas da Revolução de Abril, contra as tentativas da sua liquidação pelas forças reaccionárias e capitalistas é muito importante não somente para vós, mas para o conjunto das forças progressistas na Europa. Mas esta luta é sobretudo importante para nós, patriótas libaneses. Vós conseguistes liquidar uma das mais atrozes ditaduras que jámais existiram. Ora nós lutamos precisamente contra o projecto de instauração de uma tal ditadura.

Vós lutais conta a instalação dos mísseis americanos na europa, e nós, pelo nosso lado, lutamos contra a dominação americana na nossa região, incluindo a presença das tropas americanas no nosso territóri.

O PCL inspira-se no vosso combate passado contra a ditadura e segue com muito interesse a vossa luta actual pela mobilização das forças populares na defesa das suas conquistas.

O nosso partido admira a vossa grande combatividade, as vossas acções de massas, e queremos sublinhar que partilhamos as mesmas posições em relação às principais questões que ao nosso mundo se colocam na actualidade.

Mais uma vez obrigada!

Entrevista com G. Haoui no Suplemento

O comício de solidariedade em Alhandra demonstrou que os comunistas e os democratas portugueses estão firmemente solidários com o povo libanês, vítima das manobras da reacção interna, do imperialismo e do sionismo

canos em luta contra o imperialismo, contra o racismo, contra o *apartheid*, pela construção de novas sociedades nos seus países independentes.

Saudamos esta Conferência que, por se realizar em Portugal, é também significativa das conquistas democráticas do povo português, dos profundos sentimentos anticolonialistas do nosso povo, e da amizade profunda que ligam o povo português aos povos da África Austral.

Desde já, com antecipação de alguns dias, absolutamente certo do interpretar os sentimentos do povo português, daqui damos as boas vindas a todos os que vierem a Portugal para participarem na Conferência.

Os reaccionários vos combatem. O PS com Mário Soares vos caluniam. Os comunistas, os trabalhadores, Portugal de Abril vos recebem de braços abertos e vos saúdam.

A submissão aos Estados Unidos e a «pedra angular» da política externa

Vê-se que, tanto no que respeita ao Médio Oriente como no que respeita à África Austral, tanto os partidos reaccionários como os dirigentes do PS seguem de perto a política do imperialismo norte-americano.

E esta questão não é uma questão menor. E é bom esclarecê-la com particular insistência agora em vésperas de eleições.

Na política externa o maior perigo que hoje existe para Portugal é o enfeudamento e a submissão ao imperialismo norte-americano, que ameaça directamente a independência nacional nos planos diplomático, militar e económico e a segurança, a tranquilidade e a paz do nosso povo e do nosso país.

O PCP defende hoje, como sempre defendeu, relações de amizade e cooperação com os Estados Unidos. Mas no quadro de relações diversificadas e sem aceitar laços de dependência e submissão, nem imposições, nem pressões, nem ingerências na nossa política interna.

Quando se fala em facilidades militares em território português e ao mesmo tempo se fala no preço, em dólares, que os Estados Unidos devem pagar, há que afirmar que **a nossa independência, a nossa dignidade, o nosso direito de portugueses de decidirmos da nossa política e do governo, são coisas que não têm preço e que por isso nem se negoceiam, nem se vendem.**

É inquietante que, nos últimos anos, depois do fracasso por parte do CDS, do PSD e do PS de uma política externa voltada para a Europa esses partidos se voltem agora abertamente para os Estados Unidos.

As relações com a Europa do Mercado Comum eram a prioridade do PS. A entrada no Mercado Comum era «a prioridade das prioridades» da política externa portuguesa segundo Freitas do Amaral quando ministro dos Negócios Estrangeiros.

A operação Mercado Comum, conforme o PCP previu e anunciou, falhou ruidosamente até hoje. E as espinhas curvam-se noutras direcções.

Em campanhas eleitorais anteriores, o secretário-geral do PS lançava como *slogan* a «Europa connosco». Agora está lançado, embora não ainda como *slogan*, a «América Connosco».

Este «connosco» não é evidentemente «com Portugal». Este «connosco» é «connosco» PS, «connosco» Mário Soares.

Mas este «connosco» tem naturalmente uma forte contrapartida. E tão forte que se pode bem dizer que o importante e significativo para Portugal não é tanto o facto de a América estar com o PS como o PS estar com a América.

Eu digo «América». Mas: não é bem da América que se trata.

Nós não confundimos os povos e as suas forças progressistas com os governantes reaccionários. Não confundimos com a política de expansão e de guerra do governo israelita o Partido Comunista de Israel e outros corajosos lutadores israelitas para com os quais somos activamente solidários. Não confundimos com a política de agressão e do *apartheid* dos racistas sul-africanos o Partido Comunista Sul-Africano e o Congresso Nacional Africano para com cuja luta heróica somos activamente solidários.

Também os Estados Unidos têm o seu povo, os seus democratas, o seu Partido Comunista, os seus pacifistas, os seus anticolonialistas, os seus lutadores contra o regime e o *apartheid*, e não apenas contra o racismo e o *apartheid* que existem em África, mas contra o racismo e o *apartheid* que existem nos próprios Estados Unidos, com revoltantes expressões.

Com essa América somos nós fraternalmente solidários. Não confundimos essa América com o imperialismo inimigo dos povos, com o governo Reagan e a sua política de corrida aos armamentos, de provocação, de agressão e de guerra.

Por isso, nem sequer é legítimo dizer que, tal como o CDS e o PSD, o PS está com a América. O que é correcto dizer é que, tal como o CDS e o PSD, **o PS está com Reagan**.

Em todas as questões fulcrais da situação internacional, vemos sistematicamente um alinhamento submisso com o governo norte-americano.

Mário Soares apoia «a opção zero», ponto chave da política de corrida aos armamentos do governo Reagan que significaria um desarmamento unilateral da União Soviética. Está com a sua política de agressão, está com a sua política de corrida aos armamentos, está com os seus objectivos de instalação de novos mísseis na Europa. e, uma vez que neste comício falamos particularmente do Médio Oriente e do Líbano, está com a sua política de intervenção no Médio Oriente, em apoio do expansionismo sionista e contra a justa causa dos povos árabes.

M. Soares define esta posição em poucas palavras, ao afirmar que «**a amizade com os Estados Unidos é a pedra angular da política externa**» que o PS defende para Portugal.

Uma tal orientação na política externa ameaça directamente a independência nacional no plano diplomático, no plano político, no plano económico e no plano militar, ameaça arrastar Portugal para a participação directa ou indirecta em provocações e aventuras militares do imperialismo norte-americano, ameaça a segurança, a tranquilidade e a paz do nosso povo e do nosso país.

A «pedra angular» da política externa portuguesa não pode ser a submissão aos interesses do imperialismo norte-americano, nem a submissão aos países do Mercado Comum, nem a submissão seja a que outros países for.

A «pedra angular» da política externa portuguesa deve ser a independência nacional que, para ser assegurada, exige uma afirmação constante e firme dos interesses portugueses, o brio nacional nas relações e nas negociações, a diversificação das nossas relações internacionais e o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com todos os povos do Mundo.

A política que não serve e a política de que Portugal precisa

Neste comício de amizade, dada a sua natureza, fomos levados a falar com certa amplitude de aspectos da política externa.

A partir do exame da situação no Líbano e no Médio Oriente ressalta com toda a nitidez, em vésperas de eleições, que os partidos da defunta «AD», o PSD e o CDS, assim como o PS, prometem a Portugal uma perigosa política de seguidismo e subserviência em relação ao imperialismo norte-americano susceptível de comprometer, para Portugal, a independência, a segurança e a paz.

Essa política externa não serve o povo nem o país e seria razão suficiente para que nas próximas eleições o povo português recusasse o seu voto, tanto ao PSD e CDS como ao PS.

Mas não é só a política externa destes partidos que não serve. **Não serve também a política interna**, de que já deram mostra suficiente e que de novo anunciam nos campos económico, social, político e cultural.

PSD, CDS, PS, separados ou aliados, já mostraram no governo a sua completa incapacidade para resolverem os problemas nacionais. Já mostraram que o seu objectivo de restaurarem os monopólios e latifúndios e destruírem as conquistas de Abril conduziu a um agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, à degradação, à destruição e ao desastre da nossa economia, à constante desestabilização do regime democrático, à violação repetida da legalidade, ao recurso cada vez mais sistemático e generalizado a métodos repressivos contra os trabalhadores, contra os agricultores, contra todos aqueles que resistem às ofensivas contra-revolucionárias e ao abuso e usurpação do poder.

E o que prometem agora esses partidos tendo em vista as próximas eleições?

Embora esforçando-se para utilizar uma linguagem nova, repetem as mesmas receitas, as mesmas mezinhas, as mesmas propostas, as mesmas medidas, contra os trabalhadores, contra os interesses populares, contra as conquistas democráticas, já também contra a Constituição (mesmo após a revisão inconstitucional que fizeram) a fim de servirem o grande capital, os antigos monopolistas, os especuladores em vias de enriquecimento, e também o imperialismo estrangeiro.

A política que propõem, se viesse a ser adoptada por futuros governos, não só não resolveria um único dos grandes problemas nacionais, como a todos agravaria.

O PS apresenta-se como alternativa. Faz grande estardalhaço em torno do que diz serem «as soluções». Mas as «soluções» que o seu secretário-geral acaba de apresentar não são mais que o prato requentado da política de restauração monopolista, à custa da destruição das conquistas democráticas, à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, da miséria do povo, da estagnação da economia, da crescente dependência externa.

O que o secretário-geral do PS promete ao povo português (dizendo ser inevitável como «programa imediato de estabilização») é a estagnação económica, é a subida dos preços, é o agravamento da inflação, é o aumento da taxa de desemprego, é a liquidação de regalias sociais, é a falência de empresas, é a subida dos juros, é o corte nos investimentos públicos, é a desvalorização do escudo, é a venda do ouro.

Em resumo a política que o PS oferece ao povo português é o prosseguimento, no essencial, da política de miséria e de desastre económico nacional que caracterizou os governos «AD».

Em resultado dessa política, a situação económica e financeira actual é extremamente grave. Mas **não se pode sair da crise insistindo numa política que é directamente responsável por ela.**

O necessário é uma mudança real e profunda na política portuguesa e o PCP afirma **que existe uma política capaz de assegurar a saída da crise e a solução dos problemas nacionais.**

Ao contrário dos partidos reaccionários e do PS que desde já reclamam novas violações e revisões da Constituição (que eles próprios acabaram de rever) e nova legislação relativa às liberdades e direitos dos cidadãos, **o PCP proclama que uma política capaz de resolver os problemas nacionais tem que assentar no respeito pela Constituição e pela legalidade democrática.**

Ao contrário dos partidos reaccionários e do PS que incluem nos seus programas novas ofensivas contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, **o PCP proclama que uma política capaz de resolver os problemas nacionais tem, não só de respeitar, como dinamizar as novas estruturas económicas, consagradas na Constituição, de dinamizar sem discriminações o sector nacionalizado, o sector privado, as UCPs, as Cooperativas, as empresas em autogestão, os pequenos e médios agricultores e rendeiros, as pequenas e médias empresas comerciais e industriais.**

Ao contrário dos partidos reaccionários e do PS que inscrevem nos seus programas a estagnação da nossa economia e o abandono dos grandes projectos económicos nacionais, **o PCP proclama que uma política capaz de resolver os problemas do país tem de assentar na mobilização dos nossos recursos e energias, na dinamização de todos os sectores da nossa economia, no empenhamento dos trabalhadores, no aumento da produção.**

Ao contrário dos partidos reaccionários e do PS que inscrevem nos seus programas, como medidas inevitáveis, novas diminuições dos salários reais, novos despedimentos, nova diminuição do poder de compra dos trabalhadores e das massas populares, **o PCP proclama que uma política capaz de resolver os problemas nacionais deve inscrever (não como objectivo longínquo mas como objectivo imediato) o melhoramento das condições de vida material e cultural do povo.**

Ao contrário dos partidos reaccionários e do PS que inscrevem nos seus programas como «pedra angular» da política externa a submissão ao imperialismo norte-americano, **o PCP proclama que os problemas nacionais só podem ser resolvidos com uma política externa de verdadeira independência nacional, de paz e cooperação entre os povos.**

Mas se é necessária uma tal nova política é também necessário **que no governo esteja quem a defenda e quem seja capaz de aplicá-la.**

Por isso também, insistimos, não como frase de propaganda, mas como expressão da situação objectiva existente actualmente em Portugal que **só com o PCP no governo é possível a saída da crise, que a participação do PCP no governo é indispensável para a solução dos problemas e para uma alternativa democrática.**

Quando fazemos esta afirmação não a estamos a fazer para que a ouça o PSD, o CDS ou a direcção do PS.

Estamos a fazê-la para que a ouça, a compreenda e a aprove o povo português, o eleitorado.

E, quando nos dizem que o CDS não quer o PCP no governo, que o PSD não quer o PCP no governo, que o PS não quer o PCP no governo, que os grandes capitalistas e latifundiários, a CIP e a CAP, não querem o PCP no governo, que Reagan e a NATO não querem o PCP no governo, nós respondemos que no dia em que o povo português verdadeiramente queira o PCP no governo o PCP irá para o governo, porque o que acabará por decidir dos destinos de Portugal é a vontade e a luta dos portugueses.

(...)

Educados nos princípios do internacionalismo proletário, defendemos a amizade, a cooperação, a acção comum, a solidariedade recíproca entre as grandes forças revolucionárias no mundo de hoje: a URSS e outros países socialistas, o movimento operário dos países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressivos.

Não esquecemos a luta dos outros povos e os nossos deveres internacionalistas.

Por isso se desenvolvem as relações de cooperação entre o PCP e o PC Libanês num ambiente de cordialidade e fraternidade mútua.

Por isso aqui estamos neste magnífico comício de amizade e solidariedade.

Por isso aqui uma vez mais afirmamos aos nossos camaradas do PC Libanês: numa situação extremamente complexa tendes por diante uma luta dura e difícil, na qual os comunistas são chamados a dar grandes provas. De todo o coração desejamos aos comunistas, aos democratas e aos patriotas libaneses grandes êxitos e vitórias na luta pela urgente evacuação do território da sua pátria pelas tropas israelitas, na luta por um Líbano unido, independente e democrático.

Uma vez mais vos afirmamos: podeis sempre contar com o nosso apoio e solidariedade, tal como sabemos poder contar com a vossa solidariedade e apoio.

Viva o Líbano unido, independente e democrático!
Viva o Portugal de Abril!
Viva a amizade entre o PCP e o povo do Líbano!
Viva o internacionalismo proletário!

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Internacional

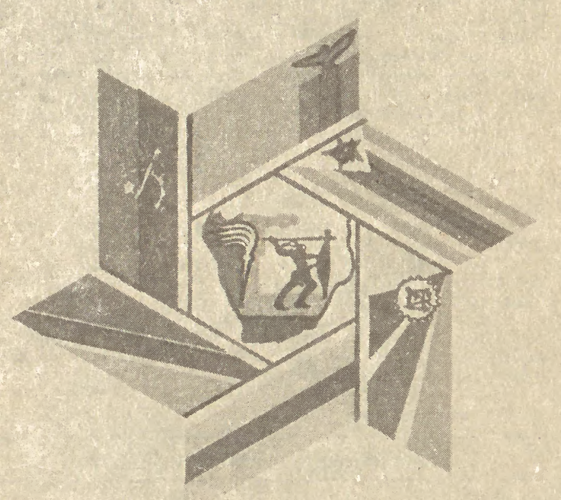
Conferência de solidariedade com Países da Linha da Frente começa amanhã no S. Luís

Uma sessão solene no teatro S. Luiz, em Lisboa, dá início amanhã, às 18 horas, à Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, cujos trabalhos se prolongam até domingo.

Encontro de opinião pública, a Conferência de Lisboa tem como objectivo essencial alertar a Europa e mobilizar a opinião pública internacional para a "necessidade de apoiar e defender efectivamente os Estados da Linha da Frente, bem como a SWAPO e o ANC, tendo em vista pôr termo definitivamente à política de guerra, repressão e agressão da República da África do Sul e obter a condenação e isolamento do regime de *apartheid*».

No âmbito daqueles objectivos, os trabalhos examinarão a situação de guerra não declarada criada na África Austral pelo governo de Pretória, estudarão as formas possíveis que possam fomentar o apoio político, diplomático, material, económico e cultural aos Estados da Linha da Frente, ao Movimento de Libertação da Namíbia e ao Conselho Nacional Africano, elaborando um Programa de Acção que leve à concretização das medidas a tomar.

O alto nível das delegações dos países directamente interessados, bem como de partidos políticos, organizações sociais, religiosas e outras das



mais diferentes opções, permitem prever um grande sucesso para a Conferência de Lisboa.

Sucesso que os Estados Unidos e a África do Sul pretenderam impedir, e que a nível nacional só ficará ensombrado pela lamentável e vergonhosa posição assumida pela direcção do Partido Socialista que, no afã de agradar ao imperialismo norte-americano, emparceirou com os partidos da direita para recusar o seu apoio a tão importante iniciativa que só pode prestigiar Portugal.

De referir a propósito o malogro das tentativas de envolver o Presidente da República, Ramalho Eanes, no boicote à Conferência, outra manobra que só desprestigiou quem a tentou. Numa declaração ao semanário "Expresso", Ramalho Eanes afirmou: "O objectivo da Conferência é apoiar os países da Linha da Frente numa questão muito específica – a resolução do problema da Namíbia e a luta contra o *apartheid*. Definidos esses objectivos concretos, não podia recusar o meu patrocínio".

O Presidente da República salientou que a sua posição "não impede que continuem as boas relações com a África do Sul. Mas essas relações terão de se desenrolar na perspectiva decidida até agora. Isso significa, por um lado, respeitar a integridade e soberania de todos os países e, por outro, prosseguir a nossa política de defesa dos Direitos Humanos e contra o *apartheid*. E nada deverá modificar o nosso empenhamento em encontrar uma solução urgente para o problema da Namíbia".

Idênticas posições têm de resto sido defendidos por conhecidos figuras do próprio partido Socialista e de outras correntes de opinião, numa prova clara da abertura da Conferência a quem só não aderiu quem não quis.

Na sexta-feira à noite, por exemplo, o deputado socialista Aquilino Ribeiro afirmou, numa sessão de apoio à Conferência, que apoiá-la é "uma obrigação moral e um dever a que não nos podemos eximir", expressando votos de que Portugal "seja um exemplo de relacionamento com a África Austral, particularmente com Angola e Moçambique".

Na mesma sessão, Ezequiel Vicente alertou para o facto de que "a República da África do Sul constitui hoje um perigo, um dos maiores, para a paz no mundo". E Domingos Lopes, da direcção da Associação Portugal-Angola, deixaria claro que "não pedimos que todos compartilhem do mesmo ponto de vista (...) mas pedimos que, face ao drama que vivem os países da Linha da Frente, a opinião pública portuguesa seja alertada com objectividade e imparcialidade sobre quem são os agredidos".

Um objectivo que não agrada evidentemente aos agressores e aos que de algum modo vivem à sua sombra, como certas figuras portuguesas.

Mas a Conferência de Lisboa é já um grande sucesso. O povo português não deixará de o reconhecer e de contribuir para ele, quer participando na sessão pública de abertura, no São Luíz, quer na de encerramento, no domingo na Voz do Operário, quer apoiando as medidas concretas que resultarem dos trabalhos que decorrerão no Hotel Penta.

Personalidades da Europa, da África, da América virão a Lisboa participar na Conferência de Solidariedade. De Lisboa deverão levar um exemplo do entendimento entre os povos.

NATO em Portugal
A quem interessa?

Da "opção zero" – concebida à medida da necessidade de convencer os povos europeus da vontade de paz de Washington, sem em nada alterar o pretendido caminho rumo à superioridade militar – já se passou à solução "intermédia". Para que tudo fique na mesma, é verdade. Mas também sinal dos tempos. Pouco favoráveis ao espírito belicista reinante na Casa Branca.

Uma resolução apelando ao congelamento verificável e mútuo, de testes e produção de armas nucleares, e recomendando a negociação da redução de armamentos, foi aprovado pela Comissão de Relações Externas da Câmara de Representantes dos EUA na semana passada.

Governantes da Europa capitalista insistem, entretanto, na urgência da apresentação de novas propostas dos EUA em Genebra, antes do fim da actual fase de conversações, a terminar no próximo dia 28. Nesse sentido se pronuncia, por exemplo, o próprio governo democrata-cristão da RFA, que este ano deverá ser confrontado, no seu país, com as maiores manifestações de sempre pela paz.

Este um limitado quadro actual das dificuldades com que se debate a política belicista, na Europa e nos Estados Unidos, gerando sérias contradições, também no seio de governos e de partidos no poder nos diversos países capitalistas.

Portugal – qual é o nosso papel?

Ainda há poucos dias veio dos Estados Unidos o balanço – e o recado... – no que diz respeito à política externa que vem sendo praticada pelos diversos governos de direita (com ou sem PS) em Portugal. E o balanço como o recado implícito, eram bem claros. Portugal – ou melhor dizendo, os governos que se têm vindo a suceder em Portugal – é um "aliado fiel" dos EUA. Apoia incondicionalmente Washington em todas as suas posições (da tentativa fracassada de sabotagem dos Jogos Olímpicos à Polónia e ao Afeganistão). Pelo que naturalmente se aponta para a continuação por este caminho. E se acena com facilidades e armas, como "prémio" ou "estímulo".

E a verdade é que há quem se esforce por corresponder a estas espectativas. Temos as viagens de Balsemão e, agora, de Mário Soares a Washington (não se trata já de "mon ami Mitterrand", ou mesmo Smith – o grande amigo é Reagan). Viagens que nada têm a ver com a necessidade de manter boas relações com o maior número de países.

E temos sobretudo esta espécie de "grande invasão" em cima de um importante período eleitoral, importante para o povo português, entenda-se, por muito que os seus resultados possam vir a afectar os famosos "interesses vitais" norte-americanos.

Em Vilamoura, no Algarve (reunião preparada pelo então ministro da Defesa, Freitas do Amaral), o Grupo de Planeamento Nuclear da NATO discute a pretendida implantação (com variantes) dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. E ainda o "rejuvenescimento" de armas químicas, a produção da bomba de neutrões.

A Força Naval Permanente no Atlântico, da NATO, estaciona no Tejo até dia 12. As manobras militares que decorrem com a participação portuguesa, têm em vista o treino de detecção de submarinos. Tudo isto, claro está, em nome da "liberdade" que a NATO se propõe promover, em "guerra santa", por todo o mundo.

Vai-se tornando coisa "habitual" a passagem de armas nucleares por águas nacionais, muito embora não seja conhecido um acordo expresso nesse sentido (e quantos acordos secretos já terão sido entretanto firmados?). Dois submarinos nucleares (que se saiba) no período de um mês.

Em síntese podemos dizer que, neste momento, o nosso país se encontra no centro da actividade da NATO. Quem assim lhe abriu as portas?

A reunião da NATO, no Algarve, nada tem a ver com os interesses e a vontade do povo português

Paralelamente, há que registar o verdadeiro rodopio de reuniões internacionais, expressamente ligadas a estruturas apontando para certas opções políticas. A Internacional Socialista reúne-se em Montechoro, no Algarve, de 7 a 10 de Abril. Congresso extraordinário, inicialmente previsto para a Áustria onde se não realizou por caírem demasiado perto das eleições neste país... a campanha eleitoral em Portugal começa dia 4.

Também o CDS conta com os seus apoios internacionais em plena campanha. Para além de viagens programadas entretanto para Londres e Bruxelas, temos a Reunião da União Europeia das Democracias Cristãs, a realizar em Lisboa, a 18 de Abril.

Weinberger, que política?

Os factos estão aí e indicam não só um inequívoco apoio da direita portuguesa e da direcção do PS à perigosa linha de orientação que vem a ser seguida pela NATO, como a preocupação dessa mesma NATO com a evolução da situação política portuguesa, os esforços tendentes a garantir no nosso país uma situação favorável ao imperialismo, e oposta aos interesses do povo português. Esforços que inevitavelmente contam com as respectivas cumplicidades internas.

Foi há poucos dias divulgado um documento secreto do Pentágono (digamos que é quase uma "tradição" os documentos secretos da administração americana serem divulgados). Este documento, assinado por Caspar Weinberger, que neste momento defende as suas (dos "falcões" dos EUA) teorias no Algarve, defende uma política ostensivamente agressiva, a nível planetário: o estacionamento de forças militares norte-americanas no Golfo, a utilização de mísseis estratégicos na Europa, o reforço das forças convencionais e – sobretudo – **medidas para que a capacidade nuclear dos EUA seja sempre superior à da União Soviética**. Esta afirmação inequívoca, o aspecto a destacar. Não porque seja nova. Mas porque sistematicamente encoberto. Porque se trata da direcção de fundo da política externa americana: a superioridade militar, em particular no domínio decisivo do nuclear. Para ditar as suas leis por todo o mundo.

De destacar ainda que todos os objectivos inscritos neste documento secreto não só se repetem de outros mas estão em vias de concretização. Salvo o fundamental – a tal almejada, e impraticável, superioridade militar.

É esta a política que está a ser promovida no Algarve.

É esta a política da direita portuguesa. É esta também – inequivocamente – a política da direcção do PS.

Nicarágua invadida
Não a novos Vietnames

Alguns milhares de ex-guardas somozistas, acantonados ao longo da fronteira das Honduras com a Nicarágua, invadiram território nicaraguense. Não se trata de um facto novo. A revolução sandinista tem-se visto na contingência de quotidianamente defender as suas fronteiras contra os mesmos bandos criminosos que na ofensiva final contra o regime de Somoza fizeram 40 mil vítimas – então, como hoje, empunhando armas norte-americanas e contando com o auxílio económico e com consultores e conselheiros enviados pela Casa Branca.

Trata-se entretanto de uma acção particularmente grave, mesmo no contexto dessa "guerra-silenciosa", que desde sempre tem vindo a ser movida contra o regime sandinista, contra o povo da Nicarágua. Pela sua envergadura inédita. Porque surge claramente na sequência das manobras militares "Big Pine", operação conjunta que, desde inícios de Fevereiro, envolveu conjuntamente, na zona dos campos de somozistas instalados nas Honduras, tropas das Honduras, Guatemala, El Salvador e Estados Unidos. E ainda porque o seu objectivo seria estabelecer, no interior da Nicarágua, uma zona ocupada por somozistas, que posteriormente poderia servir de pretexto para uma intervenção militar norte-americana directa.

O Exército Popular Sandinista fez frente à invasão, impedindo a entrada dos bandos de criminosos nas localidades de Matagalpa, Nueva Segovia e Madris, como parecia ser seu objectivo, e cortando, por outro lado, a possibilidade de retirada das forças invasoras. A situação é no entanto suficientemente grave, pelo carácter que assume de tentativa de concretização das ameaças do imperialismo, de há muito denunciadas pelo governo sandinista, para justificar a decisão de Granada (também permanentemente ameaçada pelos Estados Unidos) de decretar a mobilização geral de todas as forças militares e paramilitares.

O papel dos EUA

Não há camponês guatemalteco ou salvadorenho, ou uma simples criança da pátria de Sandino, que desconheça de onde vêm as armas dos bandos e governos terroristas, quem treina as mãos que as empunham, quem financia a sua sobrevivência.

Por vezes também nos vêm de Washington palavras suficientemente claras. Palavras e actos.

Assim, na passada terça-feira, Reagan submeteu à aprovação um auxílio militar suplementar ao governo de El Salvador, da ordem dos 110 milhões de dólares. Pouco antes, Marianella Garcia Villas, presidente da Comissão Salvadorenha dos Direitos do Homem, tinha sido assassinada. Um en-

Soldados salvadorenhos, armados e treinados pelos EUA, que se propõem organizar mais destacamentos antiguerrilha. Outros soldados, de par com bandos terroristas, igualmente treinados e armados por Washington, levam a guerra a território livre da Nicarágua

tre os múltiplos assassinatos diariamente cometidos com as armas americanas.

Em entrevista recentemente concedida à cadeia de televisão norte-americana CBS, Caspar Weinberger, secretário da Defesa dos EUA (que sem dúvida ficará com o nome na história da guerra-fria), afirmou, referindo-se à situação em El Salvador: "O objectivo dos soviéticos é atacar os Estados Unidos a partir do Sul, sabendo que, quanto mais se aproximarem, mais nós teremos – ou seremos obrigados – a retirarmo-nos da Europa, do Japão, da Coreia e a entrincheirarmo-nos numa espécie de fortaleza americana". Assim se reconhece, com tanta desfaçatez, a presença norte-americana um pouco por todo mundo, como de legítimo direito se tratasse, tentando simultaneamente confundir-se luta dos povos com "expansionismo" soviético.

No que respeita à ingerência norte-americana, o exemplo de El Salvador é tão escandaloso que ainda consegue chocar, apesar da política de ingerência por parte de Washington ser coisa "rotineira".

Novas "eleições", e mesmo a sua data – Outubro – são "sugeridas" pelo governo dos Estados Unidos, através do conselheiro para assuntos diplomáticos do presidente Reagan, Robert Stone, que com esse objectivo se deslocou a São Salvador. O responsável dos conselheiros norte-americanos em El Salvador, coronel Wagelstein, anuncia que o Exército norte-americano se propõe treinar mais um batalhão destinado à repressão da luta popular. E tudo isto se passa como se de coisa muito natural se tratasse, como se o povo salvadorenho nada tivesse a ver com os destinos do seu país. O que já nem espanta. Que dizer da soberania de uma nação de que os resultados de uma farsa eleitoral são debatidos na embaixada dos Estados Unidos?

Daniel Ortega, membro da direcção nacional da Frente de Libertação Nacional da Nicarágua e coordenador da Junta governamental, referindo-se ao papel desempenhado pelos EUA na América Latina, afirmou: "A administração norte-americana é o principal elemento de desequilíbrio na América central e latina tal como em todo o mundo. Recusa um diálogo sério e realista, apostando na violência, no desprezo e na chantagem. Washington está na origem dos assassinatos cometidos contra os nossos professores, os nossos médicos, os nossos combatentes das milícias populares e os nossos soldados. Washington causou a infelicidade de centenas de famílias nicaraguenses que choram pelas suas crianças, pelos seus maridos, pelos seus pais e filhos massacrados pelos soldados de Somoza, marionetas da administração Reagan".

Isso mesmo se passa hoje em El Salvador, nas Honduras, na Guatemala. Mas também ainda na Nicarágua livre, onde os bandos somozistas já assassinaram, nas suas criminosas incursões, centenas de pessoas (um punhado de jovens e crianças, em vésperas da visita do Papa).

Bayarde Arce Castano, coordenador da Comissão Política da Frente Sandinista, destaca, entre as tarefas fundamentais do momento, a produção e a defesa da revolução: "A luta será longa e extremamente difícil – diz-nos em artigo na "Cuba Socialista" –. Temos que enfrentar um inimigo poderoso (...) Duas tarefas fundamentais se nos colocam neste novo período de reconstrução nacional: a batalha pela elevação do nível da produção e uma crescente preparação para defender a nossa vitória, defender a revolução popular sandinista. É a única resposta efectiva às agressões do imperialismo norte-americano e dos seus acólitos locais".

Esta uma determinação que se repete entre os outros povos do continente, tanto mais quando factos, como a guerra das Malvinas e a actual invasão contra a Nicarágua, deixam particularmente claros os objectivos e os métodos do imperialismo norte-americano.

Também nos próprios Estados Unidos se desenvolve um movimento contra novos Vietnames. Sejam eles alimentados em África, no Médio Oriente ou na América Latina. Nesse movimento se insere a manifestação realizada em Nova York no passado fim-de-semana contra o aumento da ajuda militar à Junta de El Salvador.

Toda a evolução da história recente da Humanidade ensina que já não é possível impor pelas armas uma política contrária aos interesses e à vontade dos povos. Uma lição que Washington ainda não aprendeu. Ou que pura e simplesmente intenta ainda recusar.

Congelamento nuclear — o momento é favorável

"A estratégia dos Estados Unidos em tempo de guerra consiste em usar a força armada para atingir os objectivos políticos e permitir que seja posto termo à guerra rapidamente, em termos favoráveis aos Estados Unidos e aos seus aliados, limitando o mais possível, ao mesmo tempo, a extensão do conflito". Palavras – claras – que se inserem no Programa de Defesa agora apresentado pelo Pentágono. De que ressalta que Washington encara friamente a possibilidade de uma guerra, mesmo nuclear, para atingir os seus objectivos. E que — o que constitui o grande perigo – ainda não percebeu que a vitória não é possível.

Uma afirmação que nos recoloca face à evidente recusa de alcançar qualquer acordo tendente a travar a corrida aos armamentos. Recusa para que a "justificação" da "superioridade" militar soviética, já não é justificação nenhuma, sequer nos Estados Unidos, e entre personalidades que estão bem longe de nutrir quaisquer simpatias pela União Soviética. Mas que são mais realistas. E por isso apostam no fim do movimento suicida promovido pelo Pentágono.

Citamos extractos de um artigo de Randall Folsberg, o "pai" do movimento pelo congelamento das armas nucleares nos EUA, que apareceu, em Janeiro, na revista "Scientific American": **"O momento é favorável para o congelamento bilateral porque os Estados Unidos e a URSS estão hoje mais perto do que nunca da paridade nuclear, desde a Segunda Guerra Mundial (...) Os mísseis SS-20 já estão contra-balançados por um número comparável de armas nucleares apontadas contra a URSS".**

A guerra é também económica

A nova Directiva de Segurança Nacional do presidente norte-americano, Reagan, recomenda o mais intensivo uso da arma económica contra a União Soviética e a comunidade socialista, através de sanções económicas e comerciais.

É verdade que o «argumento» Polónia já está um pouco estafado e esvaziado do pretenso conteúdo que se lhe tentou insuflar. É verdade que se vai tornando também mais complexa a utilização do «argumento» Afeganistão, quando as propostas de uma solução política por parte do governo afegão se multiplicam e Reagan persiste no apoio declarado aos grupos terroristas (como apoia a acção terrorista contra os povos, um pouco por todo o mundo, de El Salvador ao Líbano).

Mas se os «argumentos» não colhem, Reagan avança mesmo sem eles. Porque de uma guerra se trata. Uma guerra contra o socialismo. A tal «guerra santa», entre o «bem» e o «mal».

As consequências é que parece não corresponderem às expectativas dos promotores desta guerra económica.

Bastaria relembrar o que se passou em relação ao gasoduto euro-siberiano. As sanções impostas no Verão passado, atingindo empresas localizadas em países europeus, em nada afectaram a construção do gasoduto. Iam sim redundando em sérios problemas entre os Estados Unidos e países capitalistas europeus. A ingerência ensaiada terminou por um fracasso.

Mas outros dados actuais não são menos frustrantes para os que apostam na guerra económica, conduzida também através da imposição à União Soviética e aos países do Pacto de Varsóvia de um grande esforço de defesa.

Quais os resultados, apesar disso?

Os países do Conselho de Assistência Mútua Económica (CAME) registaram, em 82, um novo crescimento económico. Enquanto o produto nacional bruto do conjunto de Estados capitalistas industrializados diminuiu em média 0,5 por cento, os países do CAME registaram um crescimento económico de cerca de 3 por cento.

Por outro lado, as mais recentes estatísticas sobre a produção industrial na União Soviética, registam um crescimento de 5,6 por cento em Fevereiro (relativamente a igual mês do ano passado) e um aumento de 4 por cento na produtividade do trabalho.

Weinberger, secretário de Defesa dos EUA, num gesto significativo. Entretanto, todas as tentativas de estrangular a economia dos países socialistas têm demonstrado ser vãs